

-----ATA N.º 7 DE 18 DE DEZEMBRO-----

-----Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2024, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----1 - Proposta n.º 42/CM/2023 - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2024 a cobrar em 2025;-----

-----2 - Proposta n.º 43/CM/2023 - Fixação da taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2024 a cobrar em 2026, a que os municípios têm direito em cada ano;-----

-----3 - Proposta n.º 44/CM/2023 - Autorização à Câmara Municipal, para lançamento de uma derrama, apurada no ano de 2024, a receber pelo município em 2025, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas;-----

-----4 - Proposta n.º 45/CM/2023 - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2025, prevista na Lei das Comunicações Eletrónicas;-----

-----5 - Proposta n.º 46/CM/2024 - Processo de descentralização - atualização dos recursos financeiros para todas as freguesias;-----

-----6 - Proposta n.º 47/CM/2023 - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2025 do Município de Torres Vedras – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal;-----

-----7 - Proposta n.º 48/CM/2023 - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2025 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal;-----

-----8 - Proposta n.º 49/CM/2023 - Discussão e votação da proposta de alteração da Estrutura Orgânica, e Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

-----9 - Proposta n.º 50/CM/2024 - Autorização para repartição de encargos - Empreitada para construção da Escola Básica do Sarge – concurso público;-----

-----10 - Proposta n.º 51/CM/2024 - Autorização para repartição de encargos - Aquisição de acervo fotográfico de Eduardo Gageiro – ajuste direto;-----

-----11 - Proposta n.º 52/CM/2024 - Ratificação da proposta de atribuição de Medalha Municipal de Honra, à Comunidade Franciscana do Convento do Varatojo, aprovada pelo Executivo Municipal em 08/10/2024;-----

-----12 - Proposta n.º 53/CM/2024 – Autorização para a desafetação de parcela de terreno com 1.070, 00 m2 para o domínio privado do Município a fim de ser doada ao Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural Casalinhense;-----

-----13 - Proposta n.º 54/CM/2023 - Autorização para a renúncia à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento;-----

-----14 - Proposta n.º 55/CM/2024 – Discussão e votação da proposta de regulamento do programa “Tempo de Férias” do Município de Torres Vedras;-----

-----15 - Proposta n.º 56/CM/2024 – Discussão e votação da proposta de regulamento dos Mercados Municipais Cobertos;-----

-----16 - Proposta n.º 57/CM/2024 – Discussão e votação da proposta de regulamento do Orçamento Participativo de Torres Vedras;-----

-----17 - Proposta n.º 58/CM/2024 – Discussão e votação da proposta de prorrogação do período de vigência da operação de reabilitação urbana (ORU) da área de reabilitação urbana (ARU) do Centro Histórico de Torres Vedras;-----

-----18 - Proposta n.º 59/CM/2024 – Discussão e votação da proposta de prorrogação do período de vigência da operação de reabilitação urbana (ORU) da área de reabilitação urbana (ARU) de Boavista/Olheiros na cidade de Torres Vedras; -----

-----19 - Proposta n.º 60/CM/2024 - Ratificação da declaração de interesse municipal – Informação prévia para construção de equipamento social requerido José Manuel da Silva Taborda referente ao processo IP/107/2023 – Casal Mil Homens - Melroeira - Freguesia do Turcifal; -----

-----20 - Proposta n.º 30/AM/2024 - Informação das comissões; -----

-----21 - Proposta n.º 31/AM/2024 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

----- Informação sobre competências delegadas:-----

-----21 .1 - Proposta n.º 32/AM/2024 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----21.2 - Proposta n.º 33/AM/2023 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----22 - Proposta n.º 34/AM/2024 - Votos, moções e recomendações.-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária).-----

-----Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Carolina Antunes Cosme, (em substituição de Susana Maria Ribeiro Neves), Rui José Prudêncio, Marta Filipa, Geraldês, Rui Manuel Estrela da Silva, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, José António do Vale Paulos, António João Leal da Costa Bastos, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Sónia Alexandra Ferreira Patricio, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sérgio Augusto Nunes Simões, Ana Isabel Marques Fiéis, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Ana Cristina Ferraz Anacleto

Clímaco Umbelino, João Paulo Moreira dos Reis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Mário João Rodrigues Matias e David Alves Gomes Lopes.-----

-----Faltou o membro Marco António Figueiredo Branco.-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Sérgio Paulo Matias Galvão, Duarte Rogério Ventura Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Ramos.-----

-----O **presidente da Mesa** abriu a sessão, saudando todos os presentes, dando as habituais informações sobre a metodologia dos trabalhos, e informando que no final da reunião seriam entregues as habituais lembranças institucionais de Natal, aos membros da Assembleia Municipal, e também ao Executivo Municipal, técnicos e colaboradores presentes a quem desejou Boas Festas e por último lembrou o jantar de natal do município, para o qual todos tinham sido convidados que se realizaria no pavilhão multiusos, no próximo dia 20 de dezembro.-----

-----Deu nota do falecimento do pai do líder do grupo municipal do PS, Rui Prudêncio, e que iria propor um voto de pesar, para expressar ao deputado municipal e à família os mais sentidos pêsames, que seria formalizado em ata no ponto 22 da ordem de trabalhos.-----

-----De seguida abriu o **período aberto à intervenção do público**, para o qual a Mesa tinha recebido uma inscrição:-----

DESAGREGAÇÃO DA FREGUESIA DA MACEIRA:-----

-----O **cidadão João Marcelo Garcia Marques** disse que veio expressar a sua consideração e apreço pelo trabalho desenvolvido pela Assembleia Municipal, em prol do processo de desagregação da União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira.-----

-----Lembrou que a ambição da população da Maceira sempre foi voltar a ser uma freguesia independente pois acreditam que, com a agregação, muito lhes foi retirado, mas nunca desistiram e sempre acreditaram que um dia seria possível.-----

-----Prosseguiu assinalando que a Maceira tem um passado com história, cuja influência foi decisiva para o crescimento económico e turístico do município enquanto foram freguesia, tinham a sua identidade, cultura e património, onde cresceram economicamente e socialmente.-----

-----Assinalou ainda que nestes últimos anos, a qualidade de vida dos habitantes da Maceira tem diminuindo e tornou-se numa luta constante para satisfazer as suas necessidades básicas, os anos passam e a fixação dos jovens é praticamente nula, pelo que a população está cada vez

mais envelhecida e o que têm conseguido muito se deve à união da população e às diversas associações que desenvolvem um papel ativo na comunidade, ao Centro Social Recreativo e Cultural, a Vaklouro, a Maceira Viva e a Associação de Pais da escola primária, que são fundamentais para o desenvolvimento local e graças às mesmas, tem sido possível manter a comunidade unida, com a criação de diversas iniciativas. -----

----Reforçou que também têm ganho diversas edições do orçamento participativo, o que lhes permitiu continuar a dinamizar a localidade.-----

----Salientou que desde 2013 não falha uma sessão da assembleia de freguesia, onde, muitas vezes, o público presente é apenas da Maceira pois entende que este sempre foi e é o local apropriado para obter esclarecimentos, manifestar opiniões, deixar sugestões e onde realmente conseguem alertar para os problemas que têm vindo a existir, apelando à sua resolução.-----

----Deu nota que na passada segunda-feira, foram surpreendidos com a notícia de que o processo de desagregação tinha sido reprovado, mas não baixaram os braços e dirigiram um *email* a todos os grupos parlamentares, em nome de toda a população, onde reforçaram os motivos pelos quais a freguesia deve ser desagregada. Na terça-feira, a decisão foi revertida e, para felicidade de todos, o processo de desagregação da União das Freguesias de A-dos Cunhados e Maceira foi aprovado.-----

----Referiu que lhes resta aguardar pela votação final, agendada para janeiro, contudo a população está contente, pois acredita que, num futuro próximo, a Maceira irá evoluir, voltará a ser uma freguesia termal, fluvial e marítima, onde devem procurar apoiar, dinamizar e promover as principais atividades económicas que são o turismo, a agricultura, a exploração termal, o comércio tradicional e a pesca. A Maceira possui um potencial incrível e têm que atrair novas pessoas que possam concretizar investimentos e voltar a fazer crescer esta localidade.-----

----Concluiu dizendo que ambicionam mais, com o compromisso de honrar o passado, preservar o presente, lutar por um futuro melhor e colaborar de forma mais ativa na procura de soluções que beneficiem a comunidade.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Período antes da ordem do dia:-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

----O primeiro secretário António Fortunato leu três documentos recebidos pela mesa, que foram numerados e rubricado, e que irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

SUSPENSÃO DO MANDATO:-----

DOCUMENTO 1:-----

----E-mail de Francisco Corvelo, de 15/10/2024, a informar que por imperiosa necessidade de deslocação à Região Autónoma dos Açores, entre o dia 20 de outubro e 1 de dezembro, solicita

que nos termos legais e regimentais aplicáveis seja substituído, nesse período pelo elemento da lista Pedro Campos. -----

----O **presidente da Mesa** informou que a substituição se operou nos termos legais e já se encontrava de novo em funções o membro Francisco Corvelo. -----

DOCUMENTO 2: -----

----E-mail de Tomás Horta Lourenço, de 17/10/2024, através do qual requer a suspensão do seu mandato enquanto deputado municipal, conforme previsto nos termos do art.º 5.º do regimento, pelo facto de se encontrar a realizar um estágio de 6 meses em Bruxelas, Bélgica, na representação permanente de Portugal junto da União Europeia, desde 15 de outubro último até 15 de abril de 2025. -----

----Nos termos legais, foi convocado o deputado municipal Paulo Dinis Faustino Valentim, que se encontrava presente. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 3: -----

----E-mail de Susana Maria Ribeiro das Neves, de 17/12/2024, a solicitar, por motivos de saúde que a impedem de exercer a sua função, a sua substituição à presente sessão, encontrando-se presente seguindo os preceitos legais, Carolina Antunes Cosme. -----

----A Assembleia Municipal apreciou as suspensões e tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

PROCESSO DE DESAGREGAÇÃO DE FREGUESIAS: -----

----Na senda do que foi proferido pelo cidadão João Marques, o **presidente da assembleia** disse que iria tecer algumas considerações sobre o assunto em título. -----

----Assim, disse que estavam todos bastante agradados com a decisão que houve de desagregação das duas freguesias, que estavam agregadas, Runa e Maceira o que não aconteceu com Matacães e por motivos que eram expectáveis para todos. -----

----Reforçou que o seu agrado e o seu otimismo em relação a tudo isto é enorme, mas não podia deixar de lamentar, que não houve cuidado institucional, entre entidades, que têm responsabilidades na gestão da coisa pública, sabendo que a Assembleia Municipal de Torres Vedras, se não foi a primeira assembleia a organizar os processos e enviá-los para a Assembleia da República, foi das primeiras, que teve um cuidado extremo na organização de todos processos para que fossem bem instruídos cumprindo todos os requisitos legais e de até chamar a atenção das comissões da necessidade de alguns ajustes e reuniram sempre com os presidentes das juntas e das assembleias de freguesia, e com os representantes da população que lideravam os processos, mas ao dia de hoje, que foi publicitado tudo aquilo que está a ser feito e houve

publicitação de aprovação, não houve uma única informação de natureza institucional, de cuidado, até de educação em relação às assembleias municipais respetivas e, sobretudo, à de Torres Vedras, e sentia-se indignado por todos, por esta falta de cuidado, de respeito, para com a Assembleia.-----

----Deu nota ainda que quando questionado responde que não sabe de nada, a única coisa que sabe é o que se sabe pela comunicação social, e à pergunta “então não é o presidente da Assembleia Municipal, não foram vocês que enviaram para os processos”, tem respondido que “foi, mas não tem informação nenhuma”, ninguém lhes enviou sequer uma mensagem, um *email*, o que é que quer que seja. -----

----Por último lamentou que esta assembleia não tivesse a possibilitada de dar informação às juntas de freguesia, às comissões que foram promotoras das agregações, de organizar qualquer coisa até para o plenário tomar uma posição, sabendo que a votação final é só em janeiro, mas que das análises do grupo de trabalho respetivo, não podia haver alterações da decisão, mas nada disso lhes foi facultado e é mais uma falta de lisura, em que a democracia não sai bem, quando os órgãos democraticamente eleitos não se sabem comportar uns com os outros.-----

----Também sobre o assunto em título, usou da palavra o *deputado municipal Francisco Corvelo*, referindo que nos últimos dias, assistiram à divulgação de toda uma série de informações, sobre o processo de reversão das uniões de freguesias, designadamente Runa/Dois Portos e Maceira/A-dos-Cunhados.-----

----Continuou assinalando que, se quanto a Runa souberam que a proposta da criação da freguesia, mereceu o voto favorável do grupo de trabalho das freguesias, já quanto à Maceira, assim não foi, e segundo se pode ler no relatório do Grupo de Trabalho das Freguesias da Assembleia da República, que ao Grupo municipal do PCP foi remetido pelo grupo parlamentar do PCP, a proposta de criação da freguesia da Maceira foi rejeitada, porque não reunia condições e teve os votos contra do PSD e Chega e a favor do PS e do PCP.-----

----Nas observações do relatório consta que não foi remetido inventário dos bens móveis, imóveis, universalidades, direitos e obrigações a transferir para as novas freguesias alínea c) do n.º 2 e 3 do art.º 10.º da Lei n.º 39/2021 de 24 de junho. -----

----Deu nota ainda que numa segunda votação sobre a matéria, o PSD deu o dito por não dito e alterou o seu sentido de voto, merecendo a proposta da passagem da Maceira a freguesia, a aprovação deste grupo de trabalho. -----

----Declarou que ficaram satisfeitos com a notícia, mas não podem deixar de levantar uma série de questões pois ficaram sem saber se afinal faltavam ou não faltavam os documentos, e se faltavam, de quem foi a responsabilidade de não enviar o processo completo. O presidente da assembleia já lhe esclareceu em parte esta questão.-----

-----Recordou que, na altura em que foram instruídos os processos, a mesa da assembleia e, nomeadamente, o seu presidente teve um cuidado extremo para que todos os processos fossem bem instruídos com a observância de todos os requisitos estabelecidos na lei. Por tal razão, acharam muito estranho esta falta e que como se depreende do relatório do grupo de trabalho, a falta não tenha sido suprida posteriormente, a pedido deste grupo. -----

-----Prosseguiu afirmando que se, afinal, não faltavam como se pode entender a votação contra dos deputados do PSD, será que não se deram ao trabalho de analisar toda a documentação enviada e optaram pela posição mais fácil que foi o voto contra. Se assim foi, não podem deixar de criticar severamente esta posição, e então só podem admitir que tudo não passou de uma manobra política tendente a promover o senhor deputado do PSD pela região Oeste, como o salvador da Maceira, pois só depois da sua intervenção, os senhores deputados do PSD no grupo de trabalho, fizeram o seu exame de consciência e alteraram o seu sentido de voto.-----

----- De qualquer dos modos, consideram grave que assim se ande a jogar com os interesses das populações, neste caso da Maceira, e pela parte do PCP, continuarão a apoiar totalmente o processo de desagregação das freguesias, inclusive a de Matacães.-----

-----O *deputado municipal* **Luis Carlos Lopes** interveio no sentido de congratular, em seu nome e em nome do PSD que o processo esteja em marcha para a desagregação de Runa e da Maceira, mas perante algo referido pelo deputado do partido comunista, quis dar nota que este processo vem de uma legislatura anterior, nomeadamente quando foi solicitado para serem supridas correções, inexatidões ou faltas, ainda pelo Presidente Augusto Santos Silva a esta assembleia e à assembleia de freguesia e de certa forma, a informação que têm é que alguma coisa teria sido feita “ao lado”.-----

-----Mais esclareceu que no dia anterior, o que aconteceu, por influência direta dos deputados do PSD e tem que referir que de Torres Vedras, o PSD mudou de posição, porque não estava conforme rigorosamente, o mapa que lá estava não era o mapa correto, pelo menos foi o que a comissão disse, não tem certeza, não vai entrar nessa situação, o que interessa mesmo é que o PSD votou favoravelmente e se congratula com a reposição das freguesias, de Maceira e Runa. --

-----O *presidente de junta de freguesia de Ponte do Rol*, **Pedro Vaza**, antes de se pronunciar sobre o tema em assunto, referiu-se às palavras do presidente da Assembleia de não saber nada e esse sentimento é corriqueiro nas juntas de freguesia, pelo que não se deve assustar.-----

-----Depois dirigiu-se ao cidadão João Marques, dando-lhe os parabéns pois esteve muito bem, aproveitando para lhe dizer, se ele não souber, que há uns anos atrás, aprovaram um pavilhão para a Maceira, e se não têm imóveis, o pavilhão da Maceira ainda irá ter, porque o dinheiro saiu, e terá de estar nalgum lado.-----

-----O *deputado municipal* **Jorge Santos** interveio apenas no sentido endereçar ao deputado

municipal Rui Prudêncio os seus sentidos pêsames e para manifestar a sua solidariedade pessoal e do UTV relativamente à introdução do presidente da Assembleia que, sem qualquer dúvida, exigiria resposta e agradecimento por parte do órgão que tinha que prestar informação.-----

-----Usou de seguida a palavra o *presidente de junta de freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, David Lopes* começando por parabenizar, Runa e Maceira, todos os seus habitantes, todas as pessoas envolvidas neste processo, e também à Assembleia Municipal por todo o trabalho que o seu presidente e a equipa fizeram, pois se estão à beira de resultados positivos, foi fruto de um trabalho conjunto e devem estar todos orgulhosos disso.-----

-----Abordou de seguida a questão de Matacães, para dizer que lhe custa muito que em 188 processos, 7 processos não passam por “incumprimentos/desagregação territorial”, porque existem freguesias que, infelizmente têm 3 ou 4 freguesias juntas e que só querem separar uma parte do seu território.-----

-----Assim explicou que no caso vertente não fazia sentido nenhum separarem as 2 freguesias da cidade, mas fazia todo o sentido que Matacães pudesse ser freguesia, deixando assim, uma palavra especial de apreço e de amizade na certeza que continuarão juntos a trilhar este caminho para a população que quer ser freguesia e que, se houver possibilidade, vai ser freguesia.-----

-----Esperam a comunicação oficial, mas já sabem, porque já sabiam também, que iria ser este o desfecho, não deixando de manifestar esta insatisfação que é uma insatisfação global até pelo sentido de votação sobre esta proposta.-----

-----Nesta sua primeira intervenção o *deputado municipal Pedro Castelo* deixou um forte abraço ao colega Rui Prudêncio pela perda do seu pai.-----

-----Sobre a matéria em título, disse que fez parte da comissão que tentou e elaborou o processo da desagregação de freguesia de Matacães, sendo para eles uma derrota, mas algo que era esperado e espera que as pessoas em Matacães não sintam esta derrota como um findar de um processo, mas, acima de tudo que se possa olhar como um limiar de um horizonte que é longínquo mas que, de certa maneira, poderá um dia ter um fim à vista, portanto, o caminho será mais longo, mas continuarão a acreditar que um dia será possível.-----

-----Nessa sequência e de forma sincera e honesta, agradeceu o empenho do presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, David Lopes, por todo o apoio que proporcionou desde o início, porque, sendo verdade que ia perder território, houve, de facto, um grande comprometimento deste presidente de junta com esta comissão e, se infelizmente desta vez, não foi possível, continuarão a lutar.-----

-----A *presidente de Câmara*, aproveitou para felicitar freguesia que virá a ser novamente da Maceira e que está hoje muito bem representada, dando os parabéns aos seus fregueses pelo facto de aqui terem vindo em massa ao plenário para manifestar o seu agrado, pelo processo ter

sido levado a bom termo, embora saibam que esta fase final não foi fácil, mas com a ajuda, de quase todos, se conseguiu que a votação final fosse favorável, esperando que seja ratificada depois na Assembleia da República em janeiro. -----

-----Também endereçou os seus parabéns a Runa que sempre acreditou que esta desagregação seria possível, independentemente de algumas dúvidas que havia relativamente ao número de eleitores, e portanto, terão novamente as duas freguesias, o que muito lhes agrada, porque corresponde aos desejos da população, lembrando que o processo de agregação de freguesias foi tão tortuoso que não permitiu que houvesse uma organização e uma visão correta do território e, ainda bem que houve agora esta possibilidade para corrigir algumas situações. -----

-----Dirigiu também umas palavras para Matacães, que organizou o seu processo para fazer a sua desagregação, mas as condições eram diferentes, não se enquadrando na legislação atual, mas, tal e qual disse o presidente de junta de Santa Maria, São Pedro e Matacães, não devem perder o foco relativamente àquilo que pretendem, pois com os tempos, as coisas vão mudando e eventualmente, haverá a possibilidade de encetarem um novo processo.-----

-----Depois sublinhou as palavras do presidente da assembleia municipal relativamente à relação entre os órgãos institucionais e a forma como foram tendo conhecimento das coisas, porque, a informação veio veiculada por deputados da Assembleia da República que faziam parte da Comissão e pensa que depois de cada reunião da comissão deveria haver um contacto formal com o presidente da assembleia municipal respetiva sobre o que estavam a trabalhar. Não foi assim, mas agora espera que o resto do processo tramite da forma correta, ou seja, que institucionalmente as coisas sejam mais bem-feitas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PASS M OESTE E REDUÇÃO DA MODALIDADE INTER-REGIONAL: -----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio*, começou por agradecer ao presidente da Assembleia, e à presidente da Câmara, todo o apoio que lhe deram estes dias, também extensível a todos os colegas.-----

-----Fez notar que hoje é efetivamente um dia difícil, mas porque no dia anterior tinha surgido a notícia que todos esperavam relativamente à gratuitidade dos transportes públicos na região Oeste, entendeu vir à sessão trazer um “bocadinho de luz”, de como é que todo este processo acaba naquilo que é a realização de um anseio de todos, ou seja, a partir do dia 1 de janeiro no Oeste e só no Oeste, os transportes públicos serão gratuitos para todos os oestinos e também o passe para Lisboa será reduzido para € 40,00 euros, que é o valor praticado na Área Metropolitana de Lisboa.-----

-----Salientou que são, com este projeto, pioneiros no país com este modelo, que representa, de facto, o anseio de todos os torrienses, todos os oestinos, que há muito tempo lutam por isso, e

também representa um incentivo à descarbonização e à mobilidade. -----

-----Prossegui dizendo que para chegar a este ponto de terem transportes públicos gratuitos para a região, percorreram um longo caminho, pois forma muitos os obstáculos. Relembrou que foi um processo iniciado nesta Assembleia, que em 2019 criou uma comissão eventual que se chamou “comissão eventual de acompanhamento do PART (programa de apoio à redução tarifária)”. Essa comissão foi constituída por elementos de cada força política que compunha a assembleia à época e, portanto, liderada por ele, pelo PSD, Rita Sammer pelo PCP, Maria Teresa Oliveira, pelo CDS, o João Pedro Gomes, Bloco de Esquerda, João Rodrigues e pelo Movimento Cidadãos Torres nas Linhas, Sérgio Jacinto. -----

-----Lembrou que o tarifário dos transportes públicos até 2019, muitos não se recordarão, era um calvário, com milhares de preços diferentes de transportes públicos no país e este projeto tinha esse desígnio de tentar encontrar uma unificação para esses valores. O passe para ir para Lisboa custava à época, € 180,00 euros por mês. -----

-----Durante um ano, atreve-se a dizer que esta comissão “chateou toda a gente”, foi a todo o lado, reuniram com o Ministério dos Transportes, com a Área Metropolitana de Lisboa, com a Carris, com a Barraqueiro e com a OesteCIM que também era parte interessada, mas, acima de tudo o que fizeram foi despir as cores das suas camisolas, achando que essa talvez seja a mensagem mais importante, porque no fim desse périplo, conseguiram que o passe para Lisboa fosse reduzido de € 180,00 para € 70,00 euros, valor que neste momento está em vigor, e este é um caminho que não terminou e vai continuar a dar mais um passo no dia 1 de janeiro com a gratuidade dentro da região e com a redução do passe integrado para 40 euros, porque também na OesteCIM, os presidentes de câmara souberam despir as cores e também perceberam que aquilo que estava em cima da mesa era mais alto, porque era o anseio de todos e essa é talvez a mensagem que queria deixar, ou seja, quando olham os anseios dos seus concidadãos e percebem que é mais importante do que muitas vezes discussões que não os levam a lado nenhum, conseguem fazer coisas e conseguem fazer coisas aqui nesta Assembleia Municipal. ----

-----Anotou que o presidente da Assembleia, queixou-se na sua intervenção inicial, que não lhes ligavam nenhuma. É verdade que muitas vezes não lhes ligam nenhuma, mas quando chateiam às vezes as coisas acontecem e esta vai acontecer no dia 1 de janeiro de 2025, o que muito o orgulha. -----

-----Por sua vez a *deputada municipal Marta Galdes*, concordou que de facto, foi um dia importante para o Oeste, porque passam a ter transportes públicos gratuitos entre municípios da OesteCIM e passes para Lisboa a € 40,00, que a satisfaz pessoalmente, mas a satisfaz também pela importância que o município de Torres Vedras ganhou no distrito de Lisboa, assim como Mafra e Arruda dos Vinhos, no que se refere ao êxodo de população que saiu de Lisboa e

procurou alguma qualidade de vida e que tem consequências, pois se não querem milhares de carros a entrar em Lisboa todos os dias, têm que ser tomadas decisões políticas nesse sentido. ---

-----No seu entender têm que pensar nas consequências, e não se ficarem só pelo anúncio de passes gratuitos, e pensar em todas as infraestruturas existentes e como cuidar delas e como aumentar a sua capacidade pelo que tinha algumas questões para colocar:-----

-----A sua primeira pergunta é para quando está previsto o fim das obras de eletrificação da Linha do Oeste, que é algo muito importante, não só porque a maior parte das empresas em Lisboa estão a sedear na zona ribeirinha e, portanto, o comboio passa a ser um meio de transporte muito importante para a região Oeste.-----

-----Depois, porque atualmente não têm condições suficientes no terminal do Campo Grande, que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa e não só a OesteCIM, mas também a presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras deveria pedir uma reunião. Existe um terminal provisório que não tem sequer capacidade de cobertura para os utentes no Inverno, carreiras que saem de Torres Vedras para Lisboa, a direta, e não direta, em sítios diferentes de terminal, o que não possibilita em horários de ponta, encher 2 autocarros ao mesmo tempo, porque não têm espaços seguidos, o que faz com que tenham muitas filas e deveria alertar para esta situação. ---

-----Deu nota que ter as operadoras a funcionar nos contentores também não ajuda. Para além disso, as casas de banho que estão a uso igualmente são em contentores, ou seja, nem sempre nas melhores condições, assim como existe uma elevada quantidade de lixo entre contentores, o que põe em causa a saúde pública.-----

-----Reforçou que foi um dia muito importante, mas têm que ser consequentes, e para aumentar a capacidade que sabem que vai aumentar, têm que pensar no resto. Acha que o futuro passa por aqui e têm que ter condições para prestar aos seus utilizadores e embora saiba que não é só uma questão de Torres, já que os autocarros partem dos diversos municípios da OesteCIM e param no mesmo local, mas considera que é uma missão da Câmara Municipal de Torres Vedras ter a certeza que ao tomarem estas decisões na OesteCIM, também conseguem ser consequentes no resto dos atos.-----

-----A **presidente da Câmara** concordou que a gratuitidade dos passes é algo extraordinariamente importante para o município, e para o Oeste de uma forma geral, crendo que é das medidas que podem ser mais transformadoras relativamente aos municípios, se pensarem, no que impacta em termos económicos, nas famílias, na descarbonização, na mobilidade e na melhoria na circulação de veículos em particular, na cidade e, se juntamente a esta decisão também conseguirem alcançar uma melhoria da frequência de algumas das carreiras, e de algumas das rotas, assim como do próprio material circulante e horários,-----

-----Acrescentou que esta medida onerará os 12 municípios, em cerca de 13 milhões de euros, ou

seja, os transportes públicos serão gratuitos para todos os oestinos e também o passe para Lisboa é reduzido para € 40,00 euros, existindo, no caso de Torres Vedras, cerca de 6.000 pessoas que diariamente se deslocam para Lisboa. -----

-----Acredita que esta medida poderá ter um impacto muito significativo, e todos se devem sentir satisfeitos pelo facto de estas negociações, que foram feitas sem grande alarido, terem dado bons resultados e que consigam vir a melhorar toda a logística que envolve as próprias carreiras, permitindo melhores condições de vida e a descarbonização no próprio território.-----

-----Relativamente à intervenção da deputada municipal Marta Geraldês concorda que juntamente com estas medidas que vão levar a que mais pessoas se desloquem para Lisboa nos transportes públicos é tempo de haver melhorias no terminal do Campo Grande e, portanto, não deixará de tratar isto com a Câmara Municipal de Lisboa para verem o que poderá ser feito.-----

-----No tocante às obras da linha do Oeste que, infelizmente, não são aquilo que todos gostariam que fossem, receberam a semana passada informação que a partir de 5 de janeiro seria reaberto o troço Malveira/Torres que tem estado encerrado por causa das obras, mas mais nada quanto ao término das obras, portanto, partem do princípio que é como anunciado, no final do primeiro semestre de 2025, e aguardam que assim seja. -----

-----Ainda sobre este assunto, pediu novamente o uso da palavra a *deputada municipal Marta Geraldês* questionando se podia ser facultado aos deputados municipais informação sobre os cálculos que deram origem ao custo dos passes gratuitos. -----

-----Pedeu também a palavra o deputado municipal *Rui Prudêncio* aproveitando para agradecer aos colegas as palavras de conforto que lhe endereçaram, e para lembrar a colega Marta Geraldês que poderá colocar essa questão na próxima sessão da Assembleia Intermunicipal. -----

-----O *presidente da Mesa* disse que o pedido estava registado e a mesa iria dar andamento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ENSEMBLE DARCOS - NUNO CORTE REAL:-----

-----A *deputada municipal Cristina Umbelino* disse que a sua intervenção visa reconhecer o mérito do compositor e maestro Nuno Corte Real e da câmara municipal por acreditar e apoiar projetos artísticos de excelência. -----

-----Assim deu nota que “O Ensemble Darcos”, criado em 2002 pelo citado compositor, tem como objetivo a interpretação e divulgação das obras dos grandes compositores europeus de música clássica e contemporânea, trazendo a Torres Vedras aclamadas orquestras, além de incluir o estímulo à criação original contemporânea através de encomendas e do prémio de composição.---

-----Desde 2006, que este evento é apoiado pela autarquia, que promove a Temporada Darcos, e nesse âmbito inúmeros concertos foram realizados no Teatro-Cine, mas também em freguesias do concelho, em locais diversos como igrejas, adegas, entre outros. -----

-----Deu nota ainda que na passada segunda-feira evocaram-se os 500 anos da morte do navegador Vasco da Gama, com um concerto no Centro Cultural de Belém, intitulado “Mares” sob a direção artística do Maestro Nuno Corte Real e interpretado pela Orquestra de Câmara Darcos e o Officium Ensemble, que constituiu um dos pontos altos do programa evocativo desta figura histórica e onde estiveram presentes entre outras individualidades o Primeiro Ministro, e a Ministra da Cultura. -----

-----Felicitou o maestro e também a Câmara Municipal de Torres Vedras por investir nas artes e na cultura afirmando, cada vez mais, a sua marca fora de portas. -----

-----Aproveitou esta sua intervenção para agradecer e felicitar todos os que têm animado as ruas da cidade nesta época de Natal, assim como à câmara e à Promotorres pela iluminação deste ano, que lhes traz a todos o espírito natalício. -----

-----Quanto à apreciação feita relativamente ao Maestro Nuno Corte-Real, **a presidente da Câmara**, crê que é um orgulho para todos que ser entendido dessa forma, e se há 15 anos atrás se tinha algumas dúvidas relativamente ao apoio à Ensemble Darcos, hoje sentem-se orgulhosos por o terem feito. O Nuno Corte Real é um maestro altamente reconhecido, que é convidado para eventos desta natureza, como aconteceu agora com a evocação dos 500 anos de Vasco da Gama. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2024:-----

-----O *deputado municipal Artur Narciso* anunciou que vinha falar da 8.ª oitava edição do Orçamento Participativo, que decorreu de 1 de maio a 31 de outubro, demonstrando mais uma vez, o seu sucesso, tendo os resultados sido apresentados no dia 5 de novembro. Reuniram um conjunto de propostas bastante interessantes, mais 50 propostas, e após análise técnica, foram colocados a votação 48 projetos.-----

-----Deu nota que continuam a ter uma boa massa de votantes, lançando o repto para se continue a votar e a participar, porque permite dar voz às populações e aos projetos que anseiam que sejam feitos, por isso, é importante a participação.-----

-----Deu nota ainda que dos 22 projetos vencedores, 14 foram para as freguesias, 2 supra freguesias e 6 na tipologia ideias jovem, tendo sido atribuído um valor máximo de € 472.000,00 para financiar projetos que os cidadãos elegeram como prioritários, de acordo com as referidas tipologias, distribuídos da seguinte forma: A execução de cada “Projeto para a Freguesia” até € 24.000,00, a execução de cada “Projeto Supra Freguesia” até € 50.000.00 e a execução de cada projeto "Ideia Jovem" até € 10.000,00.-----

-----Concluindo reforçou que o Orçamento Participativo permite que cada uma das associações, cada um dos grupos da sociedade torriense, possam participar com as suas ideias desprovidos de

cor política, mas investindo na ideia da sua associação, ou da sua rua, para poder contribuir dessa forma para a sociedade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ACORDOS DE PARCERIA - FÍSICA:-----

-----O *deputado municipal Artur Narciso* deu nota que foi questionado, se a câmara municipal estava a cumprir os seus protocolos com a Física colocando à edil também essa questão, porque, de facto, entende que as associações são o motor da sociedade e da opinião pública.-----

-----**A presidente da Câmara** assegurou que não existe qualquer falta de pagamento, nunca houve. Os programas de apoio são no valor de € 88.000,00/ano, prestações de serviço das AEC e natação € 457.000,00/ano e ainda € 75.000,00/ano, de apoio para a melhoria das instalações e qualquer das tranches relativas a estes 3 programas estão completamente em ordem.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DA PONTE DO ROL:-----

-----O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* interveio para deixar umas notas de alerta e de preocupação para o próximo executivo municipal, seja qual for, até porque esta será a ultima Assembleia de final de ano.-----

-----Quis começar com palavras de António José Seguro, “democracia é entendimento”, para dizer que, entendimento seriam as propostas de um ou de outro sem o objeto de análise e consequentemente uma democracia de argumentos que viabilizasse algumas propostas de um em detrimento de outro e vice-versa.-----

-----Prosseguiu salientando que muitas vezes, inúmeras vezes, é dito por eleitos dos executivos desta camara municipal que as freguesias são um pilar importantíssimo, no município são a primeira frente de absorção, são a primeira porta na tentativa de resolução/encaminhamento dos diversos problemas dos munícipes, são quem melhor conhece o terreno e as pessoas, mas para ele é conversa. Tudo isto é dito repetidas vezes, sem fim, cada vez, que os executivos municipais se deslocam a uma freguesia e têm oportunidade de tecer alguns considerandos numa plateia de fregueses, quer seja muitos ou poucos a escutar.-----

-----Falando de casos práticos e para conhecimento deste plenário, mas também de todos que o ouvem, deu nota que é norma reunirem individualmente uma vez por ano com a presidente deste executivo, e definir necessidades, prioridades, anseios e expectativas para o próximo ano e seguintes, enfim, para o mandato, ou seja definir e discutir democraticamente o envelope financeiro previsto para cada freguesia, baseado no atrás referido e, principalmente muito no programa eleitoral que foi “deixado nas caixas do correio” pelo executivo municipal, freguesia a freguesia.-----

-----Todos sabem que não é possível, pelas mais diversas razões, a execução ao milímetro do

proposto em campanha eleitoral e que existem projetos previstos, não executados e outros que não estavam previstos e foram conseguidos, mas deve haver o cuidado de elencar objetivos e garantias, para não estarem sujeitos a que quase tudo eram só e apenas objetivos. Como exemplo mencionou as dificuldades que passaram para conseguir erguer o edifício sede de freguesia, algo que considera básico para qualquer entidade que se preste a prestar um normal serviço à população.-----

-----Voltando à reunião individual anual com a presidente da Câmara, relevou que o resultado democrático é o seguinte: o presidente da freguesia expõe e elenca as suas preocupações e conseqüentemente necessidades mais prementes, muitas já vindas de anos anteriores, às quais a edil diz sim ou não, conforme a capacidade orçamental, segundo refere. Ficam sempre sem saber, afinal, qual a capacidade orçamental disponível para a freguesia e ficam sem saber se a presidente tem projetos e prioridades definidos para a freguesia, e que acreditando que tenha, nunca o elenca ou para não ser injusto, raríssimo é a vez que o faz.-----

-----Reforçou que às vezes é levado a pensar que se não for o presidente da junta a levar o assunto à reunião, a mesma termina 5 minutos depois.-----

-----Bem sabe que é verdade que todos os executivos municipais com quem privou, sempre tiveram porta aberta para todo e qualquer assunto que ocorra, ou para reunir mais vezes, se for necessário, mas essa é a parte extraordinária a prevalecer em detrimento da parte ordinária. Se assim fosse, o auto de transferências emanado e legislado pelo anterior governo seria absorvido na totalidade pelas freguesias, que assim o desejassem e seria seletivo para as freguesias que não quisessem, nada mais democrático, mas nem o compromisso deixado aqui neste plenário, do tal projeto piloto, saiu da gaveta. -----

-----Anotou que não se pode vir falar de equidade entre freguesias, porque isso nunca foi preocupação dos executivos municipais que por aqui têm passado, basta olhar para as diferentes tabelas de taxas e licenças entre freguesias, algumas abissais em que o município nunca sequer reuniu uma única vez para tentar um acordo de forma, no mínimo, balizar os preços praticados em cada freguesia. Também não se pode vir dizer que as freguesias são autónomas nessa área porque sabem que se for o Pedro Vaza a convocar uma reunião nesse sentido, presume que poucos vão estar presentes, mas se for o executivo municipal a fazer convocatória, provavelmente nenhum faltará. -----

-----Por último no que toca a transferência de competência acordadas, decididas pelo Executivo Municipal e sufragadas nesta Assembleia Municipal, nem essas foram conseguidas na plenitude, pois continuam a aguardar que a transferência de competências para a remodelação e substituição de equipamentos obsoletos e degradados, nomeadamente nos parques infantis, passem em definitivo para a responsabilidade das juntas. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SAÚDE NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS.-----

-----O *deputado municipal Jorge Santos* começou a sua intervenção por referir que desde há anos que se habituaram a considerar a saúde como o referencial da democracia e do regime e se excluírem os elementos mais óbvios como o voto e as liberdades, a saúde se perfila como o que mais se destaca. Se não olharem para a mudança sistémica que mais marca a evolução social, designadamente a ascensão das mulheres a posições quase paritárias, é novamente a saúde que aparece como a maior vitória do regime democrático.-----

-----Reforçou que há outros concorrentes de peso, como a alfabetização, as estradas, a segurança social universal, mas todos são discutíveis e olhando a frieza dos números, a saúde exhibe, sem dúvida, melhores resultados e, apesar de não haver pessoa que não tenha a certeza de que os erros e as negligências médicas são constantes, quando colocados perante as questões que mais os preocupa, qual o aspeto que mais se alterou com o 25 de Abril, o mais provável é que a resposta seja a saúde, a prestação de cuidados de saúde.-----

-----Reforçou ainda que nos inquéritos que o UTV tem realizado, os inquiridos colocam a saúde como a sua primeira preocupação e o elemento que queriam ver melhorado, seguindo-se a habitação, a mobilidade e a segurança. E a verdade é que há motivos, para este posicionamento. Da experiência de cada um que tenha conhecido os cuidados de saúde nos anos 60 a 80, mas também dos testemunhos dos jornais das estatísticas, resulta que os progressos foram colossais e tudo contribui desde a água potável, a literacia, os modos de vida, à urbanização, mas foram os cuidados, os equipamentos, os médicos e enfermeiros os principais responsáveis, e foi o alargamento desses cuidados e a quase gratuitidade que desempenharam um papel fundamental, ou seja o Serviço Nacional de Saúde foi absolutamente fundamental.-----

-----Relatou que o pessoal dos serviços de saúde aumentou inacreditavelmente, e o número de médicos por habitante é um dos três mais elevados da Europa e o número de doentes e de habitantes por médico é dos mais baixos.-----

-----Deu nota ainda que evolução semelhante se verificou no número de enfermeiros e de técnicos auxiliares, que foi quase constante ao longo do tempo, tal como cresceram sempre os números de urgências e de consultas em unidades do SNS. Com esta evolução seria de esperar um excecional grau de eficácia e de qualidade na prestação de serviços, mas não é, infelizmente, verdade, ou antes o grau de satisfação é relativamente reduzido.-----

-----Afirmou que, com efeito, a realidade dos factos concretos e quotidianos que se defronta com que os tempos de espera por consulta, de exame ou de cirurgia são absurdos e tal maneira recorrentes que já poucos se escandalizam. Semanas e meses para não dizer mais de um ano à espera para uma consulta, uma intervenção simples, ou uma cirurgia mais complicada, são

chocantes e a existência de centenas de milhares de pessoas sem médicos de família é preocupante.-----

-----Frisou ainda que o diagnóstico no que concerne ao estado de saúde do concelho não é animador, uma vez que as questões de saúde constituem o principal problema e a maior preocupação para os cidadãos, pois quase metade da população continua sem médico de família, sendo que o concelho de Torres Vedras tem metade dos médicos por cada 1000 habitantes da média nacional, o que é evidenciador do estado de abandono a que tem sido vetado e o estado a que se chegou na área dos cuidados de saúde, constituindo o corolário da contínua degradação dos serviços prestados à população, quer da cidade, quer das freguesias, a razão da inércia, ou da absoluta ausência de decisões políticas ao nível do poder central, mas também ao nível do poder local, porque este diagnóstico está reproduzido quase generalizadamente a nível nacional, mas ainda assim, houve muitos concelhos que decidiram ter uma intervenção mais direta e ativa nesta área e adotaram políticas mais ou menos agressivas, ou mais ou menos aliciantes para promover a fixação de médicos e dos seus agregados nos seus concelhos, tal aliás, ocorre no concelho, a nível de freguesia, o que saúda, e permitiu facilitar o acesso dos seus munícipes com os cuidados de saúde, não só, mas designadamente com a instituição de facilidade no acesso à habitação, de contratação de seguros de saúde, alargamento de horários de atendimento e diversificação dos locais para o efeito, todavia, e lamentavelmente no concelho de Torres Vedras, nem estas nem outras iniciativas neste âmbito foram adotadas pelo maioria socialista no executivo municipal.-----

-----Anotou que são opções políticas cujo ónus o poder local instituído, tem que suportar, o que não tem dúvidas é que o UTV teria tido uma atuação completamente distinta, de maior proximidade com a população e tudo teria feito para lhes permitir o acesso aos cuidados de saúde, que precisam e que merecem.-----

-----Disse que ainda assim com esta perspetiva, isto não significa que o UTV, não tenha conhecimento que é nas urgências que o problema se centra, tal como não ignora que este facto constitui consequência de não haver médicos de medicina familiar nos centros de saúde e também não desconhece que a escassez dos médicos de família há muito que deveria ter merecido a atenção dos sucessivos governos e das tutelas e com consequências destes factos a presidente da Câmara de Torres Vedras não é a única culpada pela falta de médicos em número suficiente no território.-----

-----Argumentou não serem alheios à crescente carência de médicos e à inação do Governo, mas têm a convicção de que se a maioria socialista no poder em Torres Vedras tivesse adotado uma postura mais pró-ativa, se tivesse adotado iniciativas similares às que, outros concelhos tomaram e que com as mesmas conseguiram contratar médicos, poder-se-ia ter diminuído o sofrimento das

populações locais.-----

-----Sinalizou ainda que é por isso que para este movimento, o mais importante é resolver os problemas relacionados com os cuidados primários de saúde, pelo que a mais recente proposta do UTV neste âmbito aponta para, numa primeira fase, fazer funcionar a USF da Ventosa, modelo A, que tem instalações, mas está sem recursos humanos. Para isso defendem que seja a câmara a contratar uma equipa de 5 médicos de especialidade de medicina geral e familiar, 5 enfermeiros, secretários clínicos e 3 assistentes operacionais com o objetivo de aumentar a atratividade de profissionais, propondo que seja realizada toda a contratação, toda a equipa com flexibilidade de horários e a possibilidade de evolução para um modelo B ou C.-----

-----Nesta sequência referiu que a criação desta nova USF abrangerá cerca de 10.000 inscritos, utentes oriundos da freguesia de Ventosa e de freguesias limítrofes, cuja população em conjunto perfaçam o universo de utentes a satisfazer. -----

-----Salientou que o UTV sempre defendeu a transferência de alguns serviços administrativos e também de algumas consultas externas para o hospital do Barro que continua desativado, tendo proposto a este propósito, a inscrição de uma verba no orçamento para executar obras que permitiria aliviar as instalações do atual hospital, até que o novo esteja concluído, mas também esta proposta não mereceu acolhimento e esta postura de inércia do poder local reconduziu-se a um passa culpas a terceiros, que não é que não as tenham também, mas enquanto olham e apontam para outros, designadamente para poder central, desviam a atenção do essencial. -----

-----Lembrou que de modo a clarificar a sua disponibilidade para a intervenção a nível de saúde, aquando do encerramento da Assembleia Municipal temática sobre o tema, “O acesso aos cuidados de saúde” que teve lugar no dia 26 de outubro, a edil disse: “tudo aquilo que possa fazer para colaborar com o Serviço Nacional de Saúde, com a tutela, para termos as melhores condições, para termos médicos onde não temos, e podermos servir a população, cá estarei para fazer isso, para criar um serviço municipal de Saúde, não estarei de certeza absoluta,” opção política que o UTV considera que carece de clarificação perante todos os municípios deste concelho, pois o que está a fazer senão criar um serviço Municipal de Saúde, isto porque a municipalização pode e deve ser entendida como parte de um processo de descentralização da gestão do sistema de saúde e é nessa perspetiva, que tratarão de diferencia-la de outras propostas. Nesta definição a descentralização abarca fenómenos como, desconcentração de recursos e atividades, delegação de responsabilidades e tarefas e até privatização de transferência de responsabilidade do governo a entidades privadas, sejam elas de carácter lucrativo ou filantrópico.-----

-----Nesta senda deu nota que o Governo, através da Lei n.º 75/2013, do Decreto-Lei n.º 30/2015 e do Decreto-Lei n.º 23/2019 iniciou e determinou a transferência de responsabilidades, desde

logo, também, no que diz respeito à construção, gestão e manutenção de conservação de infraestruturas, serviços de apoio logístico e até de parte dos recursos humanos.-----

-----Assim e em conclusão, o UTV entende que a municipalização como uma das formas possíveis de descentralização administrativa é um processo político cujo conteúdo, alcance e implicações depende do jogo político entre as forças políticas institucionais e sociais mais amplas que promovem, implementam, obstaculizam ou reformam, ou reforçam.-----

-----Entende igualmente que esta dinâmica política é movida, desde logo pela expectativa de ganhos e ou perdas mediatos ou imediatos que tais forças tenham no processo, e por tudo isto o poder local tem de estar atento, ser proactivo, liderante, claro e transparente com os munícipes, ao contrário do que tem acontecido, de molde a evitar ser ultrapassado neste processo que se não for cuidado e acompanhado de perto, pode traduzir-se em perdas irreparáveis para o próprio poder local, mas sobretudo ao nível da saúde, com grandes danos para as pessoas e especialmente para os cidadãos mais desfavorecidos.-----

-----Sobre esta intervenção a **presidente da Câmara** assinalou que as divergências com o UTV não são divergências relativamente àquilo que os utentes têm direito, ao serviço a que os utentes têm direito, são efetivamente divergências relativamente à estratégia para que as coisas possam ser realizadas. Reforçou que da parte da Câmara Municipal, não há uma postura de inércia, há uma estratégia que está a ser seguida, tal qual como aconteceu agora com os passes gratuitos, que também ninguém sabia que esta medida estava a ser tratada, não houve um grande alarido relativamente ao assunto, mas vão ter o resultado dessas negociações, e poderá dizer algo de semelhante relativamente ao caso da situação da saúde.-----

-----Acrescentou que não pode dizer que o resultado venha a ser tão significativo, e tão bom, mas estão a trabalhar para que pelo menos as USF Modelo C venham a ser realidade no concelho e que possam servir uma parte significativa da população, informando que já têm praticamente a garantia de ter uma dessas USF no concelho e que poderá abranger 10.000/12.000 utentes. Para além desta gostariam de ter, pelo menos, mais uma USF, ou seja 2 USF Modelo C seria o ideal e há manifestações de interesse nesse sentido, que nesta fase está do lado da Ministra da Saúde e do ACSS poder fazer esta concessão.-----

-----Assim, continuam a investir em centros de saúde com qualidade para que realmente os médicos e as equipas que se possam formar, tenham condições para funcionar e não pretendam sair imediatamente assim que chegarem a um determinado local.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

15.ª EDIÇÃO DA REFLORESTAÇÃO NACIONAL.-----

-----Sobre o assunto em título interveio de seguida o *presidente de junta de freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, David Lopes*, dando nota que o município de Torres Vedras, através

do seu Gabinete Técnico Florestal, dinamizou de 15 a 30 de novembro, várias iniciativas associadas ao movimento de reflorestação, defesa, promoção de árvores da floresta no âmbito do dia da floresta autóctone.-----

----Defendeu que elogiar esta equipa, é muito fácil para ele porque acompanha no dia a dia as suas atividades e trabalham muito bem. -----

----Assim, destacou o aumento do número de ações que foram realizadas, mas também o aumento da adesão da população, das escolas, das associações, das empresas e também das juntas de freguesia. Participaram 2.555 munícipes, foram cedidas 18.510 árvores, foram plantadas 2.730 árvores em propriedades municipais ou das juntas de freguesia, 21 ações de florestação em vários espaços e foram urbanizados 5,26 hectares de área.-----

----Expressou os parabéns a todos os envolvidos, porque é um trabalho importante e que deve ter continuidade. -----

----Agradeceu também em nome da junta de freguesia que preside, porque têm o objetivo de fazer um Parque Verde na Orjariça, num terreno que é propriedade da junta, e neste âmbito, conseguiram plantar 100 árvores, plantar arbustos, ir fazendo alguns caminhos e vão continuar.---

----Atenta a intervenção do autarca, **a presidente da Câmara** reafirmou o entendimento de que o gabinete técnico florestal tem feito um trabalho muito bom e no caso vertente em conjunto com o Serviço Municipal da Proteção Civil, as escolas, as associações, e com a população de uma forma geral. Foram disponibilizadas 18.510 árvores autóctones à população, que por sua iniciativa as vão lá buscar, fez-se a plantação de 2.730 árvores, que é muito impactante no território se pensarem que estes números se vão repetindo ano após ano, cada vez com mais intensidade e acredita que no futuro estas iniciativas mostrarão diferenças em termos de arborização no território. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ACESSIBILIDADES: -----

----Em relação a alguns assuntos falados por ele na última Assembleia Municipal, *o deputado municipal Pedro Castelo* agradeceu ao vereador Francisco Martins ter alcatroado meia rua da Rua Vale Términus que é melhor do que nada e questionou se já há uma data para fazer intervenções na Rua Teresa de Jesus Pereira que cada está pior, visto que o trânsito pesado rodoviário afunda o pavimento e com o tempo não melhora, piora. -----

----Disse ter pena que ainda não é nesta última sessão de 2024 que a edil pode anunciar que o viaduto da Av. Poente está pronto, mas desde já a convidou que para o ano, possam fazer a sua inauguração lá para março/abril/maio porque tem a certeza que será uma obra grandiosa para a cidade e para o concelho. -----

----Por último, sobre uma notícia do Badaladas de 13 de dezembro que considerou

extremamente interessante, sobre novas alternativas de acesso à cidade que a autarquia tem, disse que depois de ler compreendeu que era uma reflexão, que está muito bem feita e que realmente merece ser encarada com muito otimismo da forma como é apresentada, sobre aquilo que esta cidade precisa, que é novas vias rodoviárias, porque a cidade cresce efetivamente, e todos sentem isso no dia a dia, pelo que gostava de saber do que foi anunciado nesta notícia, se já algo mais definido. -----

-----Sobre o viaduto da Av. Poente a **presidente da Câmara** disse que há processos que são efetivamente mais difíceis, embora neste caso o município tem pouco a ver com as últimas dificuldades que surgiram para a sua instalação, mas a informação que possuiu nesta altura é que a partir de fevereiro será instalada, pelo que ainda deve dar tempo até ao final do mandato de irem com a “garrafa de champanhe” fazer uma inauguração, como deve ser. -----

-----No que concerne à Rua Teresa de Jesus Pereira, esclareceu que têm um projeto em andamento para a sua reestruturação, que é bastante necessitada, mas de uma forma mais rápida haverá intervenção durante o próximo ano, só para a melhoria da pavimentação. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----**Período da ordem do dia.** -----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES: -----

-----O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 6 de 25 de setembro de 2024, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade o texto da ata apresentada. -----

1 - PROPOSTA N.º 42/CM/2023 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2024 A COBRAR EM 2025: -----

-----Presente ofício número 5953 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 7/11/2024, a informar que a câmara, em sua reunião de 05/11/2024, deliberou, por maioria, propor a este órgão deliberativo o seguinte: que a taxa do IMI respeitante ao ano de 2024, a aplicar em 2025, seja fixada em 0,35% para os prédios urbanos; que seja fixada uma redução de 20% da taxa do IMI aos prédios urbanos arrendados localizados nas áreas territoriais correspondentes à freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à Freguesia de Silveira e à União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, cumulativa com os benefícios fiscais já aplicados às operações de reabilitação urbana e que seja dada continuidade à redução do IMI atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, ou seja, 1 dependente a cargo – € 30,00; 2 dependentes a cargo – € 70,00 e 3 ou mais dependentes a cargo – € 140,00. -----

-----O **presidente da Mesa** informou que início dos trabalhos recebeu propostas de alteração por parte do deputado municipal Francisco Corvelo, para cada um dos 3 primeiros pontos da ordem de trabalhos, que dará nota das mesmas. Relativamente à metodologia a seguir, a discussão poderia

ser feita em conjunto, mas a votação ponto a ponto e as propostas de alteração votadas em alternativa. -----

-----A **presidente da Câmara** fez uma rápida apresentação da proposta em título, que vem na sequência dos últimos anos, mantendo o mesmo valor de taxa para os prédios urbanos 0,35%, e mantendo também a redução para dependentes.-----

-----Informou ainda que a legislação este ano dá abertura para que possa ser fixada uma redução de 20% da taxa de IMI a prédios urbanos arrendados, e assim o município propõe que seja fixada exatamente essa redução a prédios urbanos arrendados localizados nas áreas territoriais correspondentes às Freguesias de Santa Maria São Pedro e Matacães, Silveira e União das Freguesias de A-dos-Cunhados/Maceira, cumulativamente com os benefícios fiscais já aplicados às operações de reabilitação urbana, por serem freguesias onde existem mais prédios devolutos e onde poderá este incentivo levar a que mais alguns proprietários queiram fazer o arrendamento. --

-----O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** apresentou a proposta que se transcreve de seguida, e no caso da redução de 20% para os prédios urbanos arrendados defendeu que se é um incentivo ao arrendamento e à fixação de pessoas, o PCP entende que não faz qualquer sentido que a mesma se cinja apenas às freguesias que até tem uma taxa de crescimento populacional maior, como é o caso de Santa Maria, São Pedro e Matacães, Silveira, e União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, cumulativa com os benefícios fiscais já aplicadas nas operações de reabilitação urbana, deixando de fora as freguesias que mais necessitam de incentivos, quer para a fixação de população, quer de reabilitação urbana. -----

Proposta do PCP:-----

-----“Que a taxa do IMI respeitante ao ano de 2024, a aplicar em 2025, seja fixada em 0,3% para os prédios urbanos. -----

-----Que seja fixada uma redução de 20% da taxa do IMI aos prédios urbanos arrendados, cumulativa com os benefícios fiscais já aplicados às operações de reabilitação urbana. -----

-----Que seja dada continuidade a redução do IMI atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, assim: -----

-----1 dependente a cargo - € 30,00-----

-----2 dependentes a cargo - € 70,00 -----

-----3 dependentes a cargo - 140,00 -----

-----Grupo Municipal do PCP”-----

-----Teve de seguida a palavra o *deputado municipal* **Sérgio Simões** dizendo que a sua intervenção se iria aplicar até ao ponto 4.-----

-----Assim afirmou que o grupo Municipal do PS está de acordo com a manutenção e com as propostas que o executivo faz por variadíssimas razões, entre elas, o facto de algumas das

propostas de alteração que fossem aprovadas implicariam, do seu ponto de vista, a rejeição do próprio orçamento, porque reduziria a receita que ali está conferida e, portanto, nem sequer faria sentido a estar a discutir o orçamento, mas essa é uma questão técnica. Politicamente entendem que a manutenção destas taxas acrescidas da proposta dos 5% do executivo faz todo o sentido e vai ter o voto favorável do PS. -----

-----Por sua vez e também para se pronunciar sobre os 4 primeiros pontos da agenda a *deputada municipal Andreia Caldas* começou a dizer que todos sabem que o município de Torres Vedras deve e pode ter um papel importante de auxílio às famílias e empresas torrienses, reduzindo algumas taxas de impostos municipais que são da sua responsabilidade. -----

-----Nesta senda deu nota que o UTV em sede de executivo municipal fez uma proposta, a número 96, para manter a redução da taxa das taxas de IMI em 0,35%, a taxa variável de IRS em 3,75%, manter a taxa máxima da TMDP em 0,25% e lançar a derrama com uma taxa de 1% sobre o lucro tributável, mantendo a taxa reduzida em vigor de 0,1%. Esta redução de 0,5% representa uma quebra da receita estimada em cerca de 1,2 milhões de euros, valor esse que será atenuado pela subida prevista para este ano e que pode variar, consoante, os resultados das empresas. -----

-----Na consideração do UTV é uma proposta equilibrada e que não coloca em causa as contas municipais, uma vez que se mantêm todas as outras taxas, permitindo assim ajudar todas as famílias e empresas torrienses. -----

-----Desta forma, a intenção de voto do UTV será favorável nos pontos 1, 2 e 4 e contra o ponto 3 relativamente à derrama. -----

-----Igualmente em relação aos 4 pontos iniciais o *deputado municipal Pedro Castelo* disse que o CDS-PP entende que é importante que as autarquias deem efetivamente um sinal naquilo que é o dinamismo que querem impor e que querem que os cidadãos no seu território possam ter. -----

-----Considera extremamente importante, ao nível da derrama, saberem que a atratividade que o município tem que ter perante aqueles que são os promotores do emprego e da criação de riqueza do concelho é fundamental, porque hoje quer queiram quer não, os municípios competem entre si e quando uma empresa muitas vezes não vem para Torres Vedras por não ter isto ou não ter aquilo, pode ir para Mafra, ou pode ir para o Cadaval, e efetivamente, perde-se riqueza e perdendo-se riqueza perde-se derrama. -----

-----Assim, argumentou que o IMI é uma questão também que é extremamente importante hoje que se fala tanto na habitação e parece-lhe que a proposta do PCP é uma proposta extremamente equilibrada, porque, de facto, quando há uma crise da habitação, esperava mais do município, esperava mais do Executivo Municipal, em tentar promover mais incentivos, mais concretamente nas freguesias do interior, aquelas que têm sido alvo de um grande despovoamento nos últimos anos e os Censos, infelizmente, mostram isso ano após ano. -----

-----Deste modo fez notar que não consegue votar a favor da proposta para a taxa do IMI por parte do município, irá abster-se na proposta de taxa de IRS, a questão da derrama é efetivamente algo que gostariam de deixar à reflexão da Câmara Municipal para orçamentos futuros e consideram que a taxa municipal de direitos de passagem é consensual.-----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que se pronunciará em relação ao IRS, IMI e Derrama, dando nota que o PSD costuma apresentar alternativas na Assembleia Municipal, mas desta vez por economia de tempo, não o iriam fazer porque a sua posição é por demais evidente e por demais conhecida, e na Câmara Municipal votaram contra as propostas que a maioria socialista apresentou.-----

-----Salientou que a proposta do PCP é interessante porque é muito semelhante à proposta do PSD, nomeadamente a questão do IMI.-----

-----Salientou ainda, um ponto também já assinalado pelo colega Pedro Castelo, no que se refere à redução de 20% do IMI considerando que se calhar em ambientes mais rurais também deviam ser enfatizadas essas reduções.-----

-----Aproveitou este assunto para lembrar algo que está prometido, ou pelo menos apalavrado em câmara municipal, no que concerne à criação de um grupo para pensar em termos de benefícios fiscais, no sentido de serem regulamentados para que não seja tudo casuístico, mas que acha que ainda não teve concretização.-----

-----Relativamente à intervenção do colega Sérgio Simões quando referiu sobre propostas de redução das taxas, neste caso no PSD não se aplica, porque as propostas de redução que fizeram foram apresentadas em reunião do Executivo prévia ao orçamento, sendo esta uma razão adicional para não terem apresentado propostas nesta sessão, porque teria impacto no orçamento.-----

-----De qualquer forma o PSD em coerência do que tem sido a sua postura de várias sessões e até de mandatos, propôs uma redução das taxas, de IMI, derrama e de IRS, pelo que não iria votar favoravelmente, até porque, como poderão aferir, depois, aquando da discussão do orçamento, a receita fiscal aumenta bastante, aumenta 6% em termos dos impostos diretos.-----

-----Relativamente a esta questão mencionada pelo orador anterior e pelo deputado municipal Sérgio Simões, o *presidente da Mesa* interveio para dar uma explicação mais técnica, ou seja, o princípio básico da contabilidade pública é que qualquer despesa, tem que ter a receita consignada dentro do orçamento. Se aprovarem alterações das taxas que, neste caso, estão associadas a receita, mas que sustentam despesa prevista no orçamento, fica comprometido o equilíbrio orçamental que é sempre exigido e obrigatório, e iria exigir a uma retificação da receita e consequentemente retificação da despesa.-----

-----Passou a elencar as diferenças entre a proposta do PCP em relação à proposta aprovada

pelo Executivo Municipal, já devidamente identificadas.-----

----Pedi de novo o uso da palavra o *deputado municipal* **Francisco Corvelo** para dizer que não aceita que se utilize como argumento o facto de fixarem uma taxa e ter como consequência mexer no orçamento, lembrando que compete à Assembleia Municipal fixar as taxas, o resto é uma questão técnica que tem de ser resolvida pela Câmara Municipal.-----

----O **Presidente da Mesa**, esclareceu que não disse isso, mas que se alterarem as taxas não poderá ser votado o orçamento porque vai exigir ser retificado, tanto no lado da despesa como do lado da receita.-----

----Ainda sobre esta questão o *deputado municipal* **Francisco Corvelo** frisou que não pode servir de justificação para não alterarem qualquer taxa. -----

----Encontrando-se o plenário devidamente esclarecido, e já tendo o presidente da Mesa dado nota da metodologia a seguir, colocou à votação a proposta da Câmara Municipal (**proposta A**). --

----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou autorizar por maioria de 29 votos a favor, 1 abstenção e 9 votos contra, o seguinte: -----

----Que a taxa do IMI respeitante ao ano de 2024, a aplicar em 2025, seja fixada em 0,35% para os prédios urbanos.-----

----Que seja fixada uma redução de 20% da taxa do IMI aos prédios urbanos arrendados localizados nas áreas territoriais correspondentes à Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à Freguesia de Silveira e à União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, cumulativa com os benefícios fiscais já aplicados às operações de reabilitação urbana.-----

----Que seja dada continuidade à redução do IMI atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, assim: -----

----1 dependente a cargo – € 30,00; 2 dependentes a cargo – € 70,00 e 3 ou mais dependentes a cargo – € 140,00.-----

----Face ao resultado, a proposta do PCP (**proposta B**) não teve aprovação.-----

----Anota-se que se absteve Pedro Vaza e votaram contra, Luis Carlos Lopes, Marta Gerales, António João Bastos, Ana Fiéis, João Paulo Reis, José Damas Antunes, Francisco Corvelo, Pedro Castelo e Carlos Filipe. -----

2 - PROPOSTA N.º 43/CM/2023 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL NO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2024 A COBRAR EM 2026, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO: -----

----Presente ofício número 5954, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/11/2024, a informar que a câmara, em sua reunião de 05/11/2024, deliberou, por maioria, propor a este órgão deliberativo a manutenção de taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2024, (a

arrecadar em 2026), a que os municípios têm direito em cada ano, em 3,75%. -----

----O **presidente da Mesa**, anunciou que tinha na mesa a seguinte proposta de alteração do PCP: -----

----**Proposta do PCP:** -----

----“Propomos que a taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2024, (a cobrar em 2026), a que os municípios têm direito em cada ano, em 5%.-----

----Assembleia Municipal, 18 de dezembro de 2024. -----

----Grupo Municipal do PCP” -----

----Encontrando-se o plenário devidamente esclarecido, e já tendo o presidente da Mesa dado nota da metodologia a seguir, colocou à votação da proposta da Câmara Municipal (**proposta A**)-

----Tendo presente a sua competência prevista na alínea b), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria de 29 votos a favor, 3 abstenções e 7 votos contra fixar a taxa variável no IRS em 3,75%, respeitante aos rendimentos de 2024, (a arrecadar em 2026), a que os municípios têm direito em cada ano.---

----Face ao resultado, a proposta do PCP (**proposta B**) não teve aprovação.-----

----Anota-se que se abstiveram Pedro Vaza, Pedro Castelo e Carlos Filipes e votaram contra Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António João Bastos, Ana Fiéis, João Paulo Reis, José Damas Antunes e Francisco Corvelo. -----

3 - PROPOSTA N.º 44/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL, PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, APURADA NO ANO DE 2024, A RECEBER PELO MUNICÍPIO EM 2025, SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS: -----

----Presente ofício número 5955 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/11/2024, a informar que em sua reunião de 05/11/2024, o executivo deliberou, por maioria, propor a este órgão deliberativo o lançamento de uma derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, apurado no ano de 2024 (a receber pelo município em 2025), bem como a fixação da taxa reduzida de 0,01% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00. -----

----O presidente da Mesa deu nota da proposta de alteração do PCP que se transcreve de seguida:-----

----**Proposta do PCP:** -----

----“Fixar a derrama, de 1.5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, apurado no ano de 2024 (a receber pelo município em 2025), bem como a fixação da taxa reduzida de 0,01% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um

volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00 e de 1% para os sujeitos passivos com volume de negócios que não ultrapasse os € 500.000,00.-----

----- Assembleia Municipal, 18 de dezembro de 2024. -----

----- Grupo Municipal do PCP.”-----

----- Inteveio para fazer a defesa desta proposta o *deputado municipal Francisco Corvelo*, explicando que o PCP entende que não podem tratar de igual modo, realidades muito diferentes. Se concordam com a taxa reduzida, de 0,1%, para as empresas com volume de negócios inferior a € 150.000,00, que são verdadeiramente microempresas, não podem aceitar que pequenas empresas com um volume de negócios entre os € 150.000,00 e os € 500.000,00 euros tenham o mesmo tratamento que grandes empresas com volumes de negócios na casa dos 1 milhões de euros, sendo esta a razão da criação desta taxa intermédia. -----

----- Encontrando-se o plenário devidamente esclarecido, e já tendo o presidente da Mesa dado nota da metodologia a seguir, colocou à votação da proposta da Câmara Municipal (**proposta A**).-

----- A Assembleia Municipal ao abrigo da sua competência da prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 23 votos a favor, 3 abstenções e 13 votos contra, autorizar do lançamento de uma derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, apurado no ano de 2024 (a receber pelo município em 2025), bem como a fixação da taxa reduzida de 0,01% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00.-----

----- Face ao resultado, a proposta do PCP (**proposta B**) não teve aprovação.-----

----- Anota-se que se abstiveram Pedro Vaza, Pedro Castelo e Carlos Filipes e votaram contra Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António João Bastos, Ana Fiéis, João Paulo Reis, José Damas Antunes, Francisco Corvelo, Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes e Andreia Caldas. -----

4 - PROPOSTA N.º 45/CM/2023 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2025, PREVISTA NA LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS: -

----- Presente ofício número 5957, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/11/2024 a informar que câmara municipal em sua reunião de 05/11/2024, deliberou, por unanimidade, propor a este órgão deliberativo a fixação da taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,25% a aplicar em 2025.-----

----- O *deputado municipal João Paulo Reis*, interveio no sentido de indicar que o grupo municipal do PSD iria votar a favor, no entanto, abordando uma questão já anteriormente visitada pelo

colega António Bastos, relativo a cabos desordenados que se encontram em muitas das fachadas por este concelho fora e que é uma situação que se tem vindo a agravar pelo facto de terem cada vez mais concessionárias a oferecer os serviços de telecomunicações, disse que no entender deste grupo municipal, urge o executivo tomar medidas no sentido de fiscalizar e poder depois comunicar à ANACOM de forma a que a situação não evolua para um estado ainda pior. -----

----Concluindo, deu nota que consultou sobre medidas em outros concelhos e verificou que em Lisboa e em Vila Franca de Xira já foram tomadas algumas medidas neste sentido, deixando a mesma sugestão ao executivo municipal.-----

----Não se registando mais intervenções, passou-se de imediato à votação. -----

----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, fixar, em 0,25% a taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, a aplicar em 2025.-----

5 - PROPOSTA N.º 46/CM/2024 - PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA TODAS AS FREGUESIAS: -----

----Presente ofício número 6361, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/12/2024, a dar conhecimento que o executivo municipal em sua reunião de 10/12/2024, tendo por base a proposta da presidente da Câmara de 2/12/2024 que faz parte integrante do processo, deliberou, propor à assembleia municipal, nos termos do n.º 3, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, e do n.º 1, do art.º 19.º, dos autos, a alteração dos recursos financeiros previstos no título III do respetivo auto de transferência de competências, com efeitos a 1 de janeiro de 2025 e de acordo com a tabela anexa à citada proposta que faz parte integrante do processo. -----

----A **presidente da Câmara** esclareceu que a proposta em discussão vai no sentido de as freguesias, no âmbito da descentralização, tivessem uma atualização este ano, aumentando de uma forma global, em 20%, tendo em atenção a taxa de inflação, assim como os aumentos relacionados com as matérias-primas, e dos recursos humanos que estão afetos a cada uma delas e que são necessariamente cada vez mais para poderem cumprir as tarefas que lhe são adstritas e dado estão no último ano deste mandato, optaram por não avaliar caso a caso, fazendo esta majoração, deixando para uma fase seguinte, independentemente de quem seja, um trabalho que deve ser mais apurado e tendo como base um mandato de transferência de competências para as juntas. -----

----O *presidente de junta da Ponte do Rol*, **Pedro Vaza** disse perceber a presidente da Câmara pois estão no último ano, mas o que é certo é que já vinham a pedir aumentos há um ano ou dois atrás e disseram sempre que era para o ano, e agora vêm apenas repor o valor de 20%, que se

fizerem as contas é o valor de 4 anos, ou seja, não é nada, não sabendo se não ficam mesmo negativos. -----

----Continuam a ter as mesmas competências no que concerne a reparações e manutenções, porque continuam sem ter a cedência de maquinaria que foi amplamente falado, ou seja, é uma meia competência, que iria evoluir para terem mais alguma autonomia, mas que o que é certo é que não evoluiu. -----

----Acha que há coisas tão simples, como a reposição dos pavimentos, fruto dos cortes de estrada, seja da água, seja de saneamento, seja das novas tecnologias de telecomunicações, que demora muitos meses para repor e provavelmente as freguesias fariam isto atempadamente, não era difícil, assim como mais coisas que podiam ter sido transferidas, mas em 4 anos não evoluíram rigorosamente nada, e como começaram, vão acabar. -----

----Antes de submeter a proposta à votação o **presidente da Assembleia**, disse esperar que numa próxima legislatura também haja o tempo de avaliação de todo este processo de descentralização de competências para os municípios, dos impactos que está a ter a nível das estruturas orgânicas em termos de pessoal e de possibilidades de modelo de gestão de todos os processos com mais atividades, mais operações e muito mais complexos, sem descurar que a maior parte dos temas que estão a abordar não são de resolução municipal, e exigem resoluções intermunicipais, pelo que está bastante expectante para perceber que avaliações vão ser feitas. ---

----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, e do n.º 1, do art.º 19.º dos autos, deliberou por maioria de 38 votos a favor e 1 voto contra aprovar a alteração dos recursos financeiros previstos no título III dos respetivos autos de transferência de competências, com efeitos a 1 de janeiro de 2025 nos seguintes termos: -----

----União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira: € 441.299,05 -----

----União das Freguesias de Campelos Outeiro da Cabeça: € 193.980,78 -----

----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões: € 205.034,34 -----

----União das Freguesias de Dois Portos e Runa: € 200.187,00-----

----Freguesia de Freiria: €115.785,42-----

----União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo: € 208.429,08-----

----Freguesia de Ponte do Rol: € 119.700,00 -----

----Freguesia do Ramalhal: € 172,137,00-----

----Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães: € 1.116. 436,87 -----

----Freguesia de São Pedro da Cadeira: € 220.454,86-----

----Freguesia da Silveira: € 401.226,28 -----

----Freguesia do Turcifal: €171.037,38 -----

----Freguesia da Ventosa: €152.654,08 -----

-----Anota-se que votou contra Pedro Vaza. -----

6 - PROPOSTA N.º 47/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2025 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL:-----

-----Presente ofício número 6243 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29/11/2024 a remeter a proposta dos documentos em título, aprovada, por maioria, pelo executivo na sua reunião extraordinária de 28/11/2024. -----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que se trata de um orçamento de final de mandato para que possam dar continuidade ou finalizar alguns dos trabalhos e algumas das estratégias que definiram, ou seja, dar continuidade a um trabalho de proximidade que tem sido feito ao longo ao destes anos, quer em relação à educação, quer em relação à saúde, quer mesmo, apesar das dificuldades relativamente à habitação e, nomeadamente em termos de apoios às associações, quer de âmbito desportivo, quer de âmbito cultural.-----

-----Assim, destacou em termos de obra, no que se refere a unidades de saúde, a do Ramalhal que entrará em obra em 2025, a de São Pedro da Cadeira que está praticamente concluída, a de Runa e a de A-dos-Cunhados/Maceira que estão para também iniciar a construção, o mesmo relativamente ao próprio Campus de Medicina no Barro que está a fazer o seu caminho com o projeto em desenvolvimento e para o qual esperam a breve trecho, que venha a ter também uma unidade de saúde familiar Modelo C associada que possa começar a prestar serviços. -----

-----No âmbito da educação, é profundamente visível tudo aquilo que tem sido feito, destacando a nível das escolas básicas, a da Silveira a entrar em funcionamento este ano, a do Sarge, a de A-dos-Cunhados e a do Maxial iniciarem também este ano e a Escola Superior de Saúde que esperam em janeiro, no máximo em fevereiro, esteja já em obra também. -----

-----No caso da habitação, têm-se dedicado fundamentalmente à aquisição de imóveis para serem reabilitados no âmbito do 1.º Direito, e também da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário e, portanto, 2025 marcará o arranque das empreitadas de reabilitação de mais de uma dezena de edifícios que foram adquiridos pelo município, exatamente para serem fogos habitacionais para acudir à situação de maior carência habitacional e económica no concelho. -----

-----A rede de infraestruturas viárias, como todos têm visto, tem tido um grande investimento, que vai prosseguir durante o próximo ano, e a ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras irá a reunião de câmara no próximo dia 23, finalmente depois de todos os pareceres e mais alguns.-----

-----Neste âmbito deu nota ainda que as intervenções previstas na Rua Álvaro Galvão vão ser custosas e vão ser difíceis para a população, alguma com mais idade, a viver ali naquele local, pois é dura e longa, mas não pode ser adiada, para depois dar sequência a toda aquela zona do Bairro Novo. -----

-----Tal como mencionou os apoios às associações culturais e desportivas são vultuosos, mas justificados pois verificam no dia a dia que têm tido significado muitíssimo grande naquilo que é o desenvolvimento e a qualidade da atividade que estas associações passaram a ter, sendo perfeitamente visível a nível desportivo, por fazerem uma atribuição imensa de medalhas no último feriado municipal a atletas do concelho, portanto, todas elas atletas de entidades que são financiadas e bem pela Câmara Municipal.-----

-----Deu nota ainda que a questão dos encargos relacionados com a educação no âmbito da descentralização os leva a ter cerca de 33% de despesas totais com pessoal em funções, ou seja, metade é pessoal da educação, que tiveram que admitir e que fazem parte do quadro de pessoal do município.-----

-----Por fim assinalou que continuam a dar uma apresentação no próprio relatório que dê a ideia, daquilo que são os investimentos maiores em cada um dos ODS (objetivos de desenvolvimento sustentável) apesar de quererem que venham a ficar mais detalhados, em termos de apresentação de contas, melhor do que neste orçamento aparece.-----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* indicou que iriam discutir o plano e orçamento do município de 2025, o último do mandato de 2021/25, lembrando que os órgãos municipais tomaram posse em 14/10/2021, sendo previsível que as próximas eleições decorram em 28/09/2025 e distam cerca de 283 dias das mesmas.-----

-----Podem assumir, desde já, que logo no início de 2025 entrarão em período pré-eleitoral.-----

-----É nesse contexto de fim do mandato e de 2025 ser ano de eleições, que devem avaliar a ação da maioria socialista não apenas do que pretende efetivar em 2025, mas também em relação a todo o mandato, tendo por base o que foi realizado e o que é previsto no orçamento em análise. --

-----Perante os documentos que hoje conhecem, conclui-se que câmara municipal e os SMAS, terão disponíveis para o mandato mais de 400 milhões euros, que é certamente muito dinheiro, e é à luz desses valores que a avaliação anual e final deve ser feita. Não podem esquecer que este mandato é apenas mais um, desde há 48 anos, com um histórico de promessas e obras adiadas e muitas oportunidades perdidas e se alguns dirão que bastante foi feito, porém se compararem com concelhos vizinhos de cores políticas diversas, mais dirão que muito mais poderia e deveria ter sido feito, sobretudo tendo em conta que Torres Vedras é o concelho mais produtivo, mais rico e mais empreendedor do Oeste e certamente um dos mais relevantes a nível nacional.-----

-----Acrescentou que a autarquia não tem servido de mola impulsionadora, pelo contrário, muitas vezes serve de entrave às iniciativas dos particulares e não facilita a vida aos munícipes e anunciam-se como acontece através destes documentos, obras que tardam anos ou dezenas de anos ou outras que depois nunca são executadas.-----

-----Frisou que o município nunca teve tanto dinheiro e tantos funcionários e que se pode dizer

que não é só com obra que se materializa a atividade do município, o que será parcialmente verdade, porém se olharem à volta continua a faltar muita coisa e muita obra física, muitas necessidades antigas e muitas necessidades emergentes. Fala-se da saúde, fala-se dos passes mais baratos, provavelmente mais gente a vir para Torres Vedras e dificuldades de vias de comunicação etcetera, ou seja, sempre coisas novas.-----

----Especificou que o plano e orçamento da câmara municipal, tem simultaneamente uma componente realista, embora muito pouco ambiciosa para o ano de 2025 e uma componente ilusória, eleitoralista e irrealista.-----

----Assinalou que contas estão certas, o grupo técnico que as elabora é de qualidade e isso releva, mas o que fica destes documentos, este ano e dos anos transatos, é falta de ambição, programação e de capacidade de execução neste mandato e da gestão continuada do PS desde há muito tempo.-----

----Assinalou ainda que há cada vez mais dinheiro, 30% do qual são dos impostos direto pagos pelos torrienses e para 2025 serão mais 30 milhões de euros pagos em IMI, IMT, IUC e IRS entre outros, e há fundos comunitários, mesmo que em fase de finalização do PRR, mas têm pouca obra e atrasada, e têm ainda aumentos de profissionais do quadro e impostos elevados.-----

----Lembrou que 30% do orçamento camarário é pago diretamente por todos os torrienses, em 2025 são 30 milhões de euros e este valor não é despiciente, sensibilizando para que todos tenham a noção em termos absolutos da importância destes valores. Deu também nota que em 2024 o orçamento global de Alenquer foi de 45 milhões de euros, das Caldas da Rainha 47 milhões de euros, do Cadaval 20 milhões de euros e da Lourinhã 35 milhões de euros, portanto 30 milhões diretos do bolso dos torrienses é muito dinheiro.-----

----Lembrou igualmente que estão a analisar um orçamento de 91 milhões mais 24 milhões para os SMAS, reputando este orçamento como “um mau e pouco ambicioso orçamento” e um fraco plano de atividade para 2025, com falta de ambição e desígnio, mas simultaneamente onde aparecem dezenas de propostas de intervenções que a maioria socialista não valoriza à dezenas de anos e agora como milagre as iria efetuar, como se fosse possível mudar as práticas de funcionamento, ou seja, são propostas eleitoralistas preparando-se para dar corpo, que desde já antecipa, a uma campanha de publicidade e de comunicação, para em 2025 tentarem seduzir os eleitores como era habitual e se apresentava à comunicação social como se fosse para realização imediata.-----

----Recordam-se de tantos exemplos de parangonas anunciando como “o castelo vai para obras” ou outros anúncios diversos nunca concretizados, mas paradoxalmente parece que saltaram essa forma, e certamente ainda irá haver a tentação de serem apresentados de modo tradicional na Feira de S. Pedro, mas certamente também de forma mais sofisticada e de recurso às novas

tecnologias e redes sociais e eventualmente com o apoio da inteligência artificial. -----

-----Prosseguiu anotando que se anunciam obras para amanhã cujos projetos não estão executados, muito menos iniciados, certamente de elevados custos e sobretudo com valores que desconhecem no momento, muitas dessas obras já foram prometidas, algumas das quais até acordadas com a oposição e sobretudo necessárias algumas há dezenas de anos. -----

-----Recordou ainda que em 6/12/2005, enquanto vereador, o PSD votou a favor o orçamento da câmara, tendo como contrapartida, uma obra que estava prevista, e que agora se anuncia com uma verba residual, que é o projeto para a variante Paul/Palhagueiras, ou seja, passaram 19 anos e está por fazer. Em 16/08/2027 há uma noticia na página da internet da Câmara Municipal de Torres Vedras referindo que “foi inaugurada a 2.ª fase da variante Poente e neste momento a autarquia já está a levar a cabo diligências com vista à execução da 3.ª fase desta avenida que se prolongará até à rotunda de Catefica junto ao nó de acesso à A8”. -----

-----Acrescentou que também não vê no documento em discussão, um projeto que quando chegou à Câmara em 2002, lhe foi apresentado pelo então presidente Dr. Jacinto Leandro, para o Centro Cultural de Santa Cruz, que já teve várias versões, uma delas apresentada em 14/11/2015, numa sessão pública do executivo pelo arq.º Paulo David, mas já estão em 2024 e nada está no terreno, pelo que não podem levar a sério o Plano Plurianual de Investimentos, que é pouco, é para encher, é eleitoralismo. -----

-----Lamentou que, quem tem responsabilidade há 15 anos em órgãos autárquicos, apresente e anuncie para amanhã, página 19 do Jornal Badaladas, vias ou parques de estacionamento que ainda não estão projetados, muito menos orçamentados, quando há mais de ano e meio que deu nota a quem de direito que se devia começar a pensar no estacionamento e agora anunciam-se lugares de estacionamento e depois nada vê no orçamento, nem no plano. -----

-----Ainda sobre as acessibilidades lembrou a importância da interface com o caminho de ferro, que se estiver pronto no 1.º semestre de 2025 não conseguem estacionar, e embora esteja prevista em orçamento a requalificação do largo da CP para 2026 e 2027, do parque de estacionamento não vê nada. -----

-----Disse ainda que as travessias já referidas e também anunciadas no Badaladas como se fossem para amanhã, só há 8 dias atrás é que se andava a fazer pequenas medições e contactos na Rua Cândido dos Reis para ver por onde é que passam, ou seja, está tudo tão atraso, podia ter sido feito tudo mais cedo neste mandato, e, não obstante em 2021 ainda estarem em fase de pandemia, em 2022 e 2023 já não e perdeu-se tempo. -----

-----Resumindo disse que o PPI para os próximos anos 2025 a 2028, e aqui divide em duas porções, 2026, 2027 e 2028 é irrealista, o 2025 é realista, mas curto, ou seja, o PPI para 2025/2028 não pode ser considerado como realista, pelo menos se não houver a mudança, que é

necessária na maioria da Câmara Municipal de Torres Vedras, após as próximas eleições em setembro de 2025, a contar com a cronologia e o que é habitual até agora. É um PPI de eleitoralismo puro.-----

-----Entretanto, só no plano de atividades anual para 2025, existe a tal aproximação ao realismo, e neste caso refere a seriedade da presidente da Câmara, de qualquer forma com o habitual conformismo, sem rasgo, sem desígnio, sem espírito reformista, já deviam ter obras de mandato. Sendo um mesmo pouco ambicioso, mesmo assim incluiu obras de difícil início, por exemplo, não percebe como não havendo nada ainda na escola do Maxial, vão entrar em obra em maio de 2025, já que provavelmente a escola de A-dos-Cunhados, Sarge, e USF de Runa, serão iniciadas, mas a USF de A-Dos-Cunhados, para a qual adquiram o edifício há imenso tempo está prevista para 2027 ou 2028, presumindo que deve ter havido montes de dificuldades para que avance. -----

-----Salientou que prevalece para 2025, os estudos e avaliações, mas perdeu-se tempo, existindo já atrasos por ineficiência de planificação no que concerne às vias circulares, parques de estacionamento, entre muitas outras necessidades urgentes.-----

-----Reportou-se ao que foi falado sobre uma variante a partir da rotunda da Galp, para o Sarge, que é de difícil execução pois não é fácil passar pela quinta de Santo António, mas já se falou disso no jornal de Badaladas como se fosse a coisa mais simples passar a área de proteção do Forte de S. Vicente, que vai dar muito trabalho.-----

-----Referiu que sem projetos não se podem candidatar obras, ou obter recursos extraordinários que às vezes ocorrem, entretanto perdem-se oportunidades de utilização dos fundos comunitários, 20/27 e não sabem como é que vai ser o novo quadro comunitário, com as preocupações da Ucrânia e do próprio PRR. -----

-----Concluindo disse que estão perante um mau documento, que consubstancia más políticas e deficientes opções e prioridades com as quais o PSD não se revê, o que evidencia aquilo que começa a ser a sensibilidade prevalente em Torres Vedras e no concelho, que é cada vez mais evidente, a necessidade de mudança. -----

-----Teve de seguida a palavra o deputado municipal **Rui Estrela** começando por dizer que o UTV irá votar contra e os motivos pelo qual o irá fazer, têm 3 critérios, mais concretamente um incremento significativo do pessoal, despesas correntes com peso muito elevado que permanecem, e a falta de verba para investimentos permanentemente adiados. -----

-----Nesse propósito explicou que relativamente ao pessoal não se compreende como é que, no último ano de mandato do executivo, se propõe um incremento de mais de 10% da força de trabalho do município, e quanto ao peso das despesas correntes ser elevado, é uma questão que se repete de ano para ano e o UTV continua alarmado, porque não há evidências de uma mudança de rumo, como acabou de referir, a título das despesas com pessoal, porque se têm

mais pessoas, vão ter mais despesas e são mais encargos que ficarão para o futuro, permanentes. Estão a falar de 58%, ou seja, quase 2/3 do orçamento é para despesas correntes, e 81% da despesa corrente é relativa a despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços. ----

-----Salientou que estão a falar destas percentagens naquele que é o maior orçamento de sempre da autarquia, são 91 milhões de euros, mas embora seja maior, não vêm coisas importantes que deveriam estar presentes mas que obviamente, é uma opção política, tais como o estudo da segunda fase da via litoral para Santa Cruz, cuja rubrica tem um euro, e não se fará nada com o euro certamente, o projeto para parque de estacionamento da Avenida General Humberto Delgado, que o UTV já propôs que deveria ser uma obra a executar, o projeto das circulares da cidade, cuja rubrica tem € 36.000,00 que não será verba suficiente para a execução de um estudo de sério e veloz como é o desejado para toda a região, para que consigam ter uma fluidez e uma mobilidade mais facilitada na cidade. O pavilhão municipal não consta, o Centro Cívico de Santa Cruz continua a não constar e, portanto, há obras que são realmente importantes e que permanecem adiadas de orçamento em orçamento.-----

-----Para terem uma ideia daquilo que podiam fazer, não podia deixar de falar do orçamento da Câmara Municipal de Mafra, que associado a verbas que vai receber do PRR em 2025 são mais de 60 milhões de euros, ou seja, mais de 2/3 do que o orçamento de Torres Vedras para 2025 e como tal conseguem perceber que esta é uma dimensão de uma oportunidade perdida para a qual o antigo primeiro-ministro António Costa solicitou que todos estivessem atentos, que agarrassem a oportunidade da chamada “bazuca e essa bazuca” passou-lhes, infelizmente ao lado.-----

----- Por sua vez o *deputado municipal Sérgio Simões* referiu que se é verdade que o grupo municipal do PS não é de maneira nenhuma independente da maioria socialista do executivo e, portanto, as opções deste orçamento são opções que são comuns ao PS, tanto na Assembleia Municipal como no Executivo Municipal, também seria muito estranho se o grupo Municipal do PS desatasse agora aqui, dado que existe uma visão comum entre o grupo e o executivo, a ler os documentos previsionais, porque partem do princípio que toda a gente leu e, portanto, todos têm as suas opiniões, tanto que já algumas foram aqui estendidas, nomeadamente pelos colegas Luís Carlos Lopes e Rui Estrela.-----

-----Referiu ainda que são opções respeitáveis, embora não concorde com elas ou naturalmente porque são opções diferentes em muitos casos e por isso é que são socialistas e os outros não são, são oposição mercê do voto popular, e quanto a eleitoralismos, pois cá estarão na altura devida.-----

-----Por último registou que considera que os orçamentos ou os planos são realistas, embora saibam a pouco, como como diz Luís Carlos Lopes e estão de acordo, os planos sabem sempre a pouco, o problema é que “só há petróleo na casa de alguns, na casa e outros não há” e daí que

nem tudo se pode fazer, nem tudo se pode colocar em plano e, portanto, por estas razões o PS, vai votar a favor dos documentos previsionais.-----

-----Usou de seguida da palavra o *deputado municipal Francisco Corvelo* que anunciou que o PCP, numa análise que fizeram ao plano para o próximo ano, acham que tem de saudar a Câmara Municipal por finalmente inscrever todo um conjunto muito variado de obras e iniciativas. -

-----Numa primeira leitura aquilo que lhe saltou à vista é que só falta mesmo uma série de investimentos, tais como a já famosa praia fluvial, o velódromo e as piscinas municipais, mas quanto a estas últimas, já sabem que é mesmo opção política desta maioria socialista da câmara municipal não construir e nem sequer admitir vir a projetar, não pelos custos de construção nem pelos de manutenção, que como já demonstraram ao plenário não podem ser usados como justificativo, mas apenas e tão-somente por opção política.-----

-----Frisou que já ouviram preocupações, com o elevado número de trabalhadores que a autarquia tem ao seu serviço, contudo, o PCP pensa que, perante tão ambicioso plano como o que está em discussão, certamente haverá falta ainda de mais.-----

-----Da leitura do documento também se percebe que em 2025, Torres Vedras será um grande estaleiro da obra, e como são bem-intencionados, creem todos estes projetos e obras projetadas para 2025, nada terão a ver com o facto de estarem em ano de eleições autárquicas, mas tão-somente e apenas porque finalmente, o executivo camarário, mesmo em final de mandato, percebeu a necessidade urgente de as realizar, e mais vale tarde que nunca, como diz o povo. ----

-----De igual forma referiu que há alguns aspetos que não podem deixar de fazer uma apreciação crítica e discordante como é o caso da cultura, uma vez que pelo que se depreende da leitura das grandes opções do plano, não só continuarão a ter menor atividade cultural, como a aposta parece-lhes continuar sempre a centrada na cidade, deixando as freguesias e aldeias para trás como até aqui. -----

-----Quanto aos transportes rodoviários, verificaram um melhoramento e requalificação de várias vias, nomeadamente, de várias artérias da cidade, o que entendem como muito positivo, mas não se vislumbra que esteja patente nas mesmas uma preocupação que consideram fundamental que é a correção e adaptação dos passeios, sobretudo para pessoas com mobilidade reduzida, qualquer referência tendente a melhorar a mobilidade e acesso de deficientes e tão pouco às vias periféricas e estruturantes, tendentes a melhorar o fluir do trânsito. Para além do mais no capítulo da construção e manutenção dos parques, esta proposta de plano não os convence, o mesmo em relação ao ambiente em que não vêm refletidas as medidas que corrijam situações preocupantes com as que já aqui expuseram mais de uma vez e até para as quais a Assembleia aprovou propostas para a sua resolução.-----

-----Terminando disse que para além dos investimentos previstos no setor da saúde é necessário

não se esquecerem nunca da construção do Novo Hospital do Oeste, bem como que questões como as que rodearam e rodeiam a USF do Ramalhal não se voltem a repetir. -----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo**, pegou na intervenção da presidente da Câmara no feriado municipal, quando disse que, desde o início do mandato já tinham investido cerca de 8 milhões de euros na melhoria e requalificação da rede viária do concelho, para dizer que, de facto, parece muito, mas é muito pouco ainda perante o estado atual da rede viária, daquilo que precisam para o futuro e com urgência e, portanto, são claramente opções políticas, e o CDS-PP não pode de maneira nenhuma de deixar de dizer que há uma série de opções neste orçamento que não fazem muito sentido. -----

-----Também disse que comunga dos argumentos dos vereadores do PSD, que os levou a votar contra o orçamento para 2025 e mais descansado agora ficou com a intervenção do deputado municipal Luís Carlos Lopes, onde foi bastante assertivo naquilo que disse relativo àquilo no que concerne aos anos de mandato do Partido Socialista, desde há 48 anos, sendo este de facto, o maior orçamento de sempre desde essa altura e pelo qual se interroga sobre o que poderia ter sido feito nos últimos 3 anos com tanto dinheiro, que parece que lhes passou ao lado. -----

-----Disse ainda que depois de ouvir atentamente este colega ficou com uma esperança que o PSD, como partido alternativo de poder ao Partido Socialista, se prepara para apresentar um candidato próprio às próximas eleições autárquicas, o que tem a certeza que irá contribuir para uma elevação do debate no concelho de Torres Vedras e quem ganhará será Torres Vedras e todos os torrienses, por isso, só por isso, valeu a pena ouvir o deputado Luis Carlos Lopes. -----

-----Também, para se pronunciar sobre os documentos previsionais para 2025, pediu a palavra o *presidente de junta da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça*, **José Damas Antunes**, porque lhe pareceu ter ouvido na intervenção inicial da presidente da câmara, quando falou das escolas, no possível início de execução das obras de remodelação na escola Gaspar Campelo, e há de facto, verba em orçamento, mas queria confirmar se essa perspetiva se mantém ou não. -----

-----O *deputado municipal* **Humberto Gomes** começou por declarar que um dos fatores estruturais mais importantes de um concelho, de uma cidade, para uma boa política de ordenamento do território, é sem dúvida ter uma boa rede de estradas tendo sempre subjacente a minimização dos impactos ambientais no interesse público e da população em particular, assim, a autarquia deve orientar a sua atividade para um futuro com uma mobilidade mais sustentável e devem contribuir para atingir a neutralidade carbónica, a utilização eficiente de recursos e ainda e para reestruturar a biodiversidade e reduzir a poluição. -----

-----Declarou ainda que a gestão e operacionalização das infraestruturas constituiu assim um desafio na sua compatibilização com os princípios de desenvolvimento e de proteção ambiental e

torna-se por isso urgente encontrar soluções para aliviar o tráfego das principais vias de acesso à cidade e dentro da própria cidade, que se está a tornar insuportável, não só pelo ruído e pelas infundáveis filas de trânsito, mas também pela poluição que produzem milhares de carros por dia. Com crescimento da população previsto para as próximas décadas o trânsito na cidade vai tornar-se mais caótico do que é já neste momento.-----

-----Com este enquadramento o UTV considera que é necessário intervir de imediato na definição dos traçados das circulares à cidade, norte e sul, já prevista em PDM, e que tal como a Variante Poente foi construída por fases, também estas circulares podem seguir o mesmo caminho, avançando desde logo com as de traçados mais acessíveis e urgentes, mas para isso é necessário realizar o mesmo trabalho que está a ser efetuado na ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras. Reforçou que estão cientes de que ao avançarem com estas definições poderão ter oportunidades de financiamento tal como aconteceu com a referida ligação, mas para isso é preciso ter projetos.-----

-----Abordando a questão da Linha do Oeste, fez notar que há 4 anos que as obras de renovação e eletrificação deviam estar concluídas, os atrasos são tantos que a linha foi suspensa, e embora tenham dito que iam ficar sem comboios 4 meses, já lá vão 8.-----

-----Nesta sequência alertou que a câmara, que devia ser provedora dos torrienses, nunca pressionou ou exigiu que os prazos fossem minimamente respeitados, mas mesmo assim, as novidades não animam e quando a linha reabrir e como não tem a subestação pronta e não há composições elétricas disponíveis, vão ter uma linha elétrica a funcionar em marcha lenta e comboios a diesel, enquanto isso obras prometidas como a passagem superior em Runa, avançam a passo de caracol.-----

-----A encerrar a sua intervenção questionou, em que situação se encontram os projetos de parques de estacionamento de apoio previstos para algumas das estações e apeadeiros, assim como da aquisição de alguns terrenos para os mesmos, compromissos estes assumidos pela autarquia perante a IP, e referindo-se à EN9 questionou para quando a eletrificação dos candeeiros do cruzamento e da rotunda de Vila Nova da Espera, pois já faz mais de dois anos que alertou sobre assunto, mas está tudo na mesma e ainda para quando a total reparação do piso em Dois Portos, junto ao cruzamento para o Sobral.-----

-----Também sobre o assunto em título, o deputado municipal **Ilídio Santos** desde logo se referiu ao facto de alguém já ter apelidado este último orçamento do mandato de eleitoralista, mas acha que se fosse eleitoralista e se ele fosse presidente da câmara duplicava certamente este orçamento. Sabe que a presidente não gosta de comparações com outros municípios, nomeadamente aos municípios vizinhos, mas a verdade é que cada um anda ao seu ritmo, sendo pena que Torres Vedras ande neste pois olhando para o orçamento para 2025 verificam falta de

ambição e desperdício de oportunidades.-----

----Neste propósito assinalou que relativamente ao PRR muita coisa lhes passou ao lado, que não aproveitaram, na habitação, nas infraestruturas, mas que são decisões políticas, e é isso que as pessoas vão perceber, ou seja, que muita coisa não foi feita, porque este município não quis, não concorreu, não se precaveu, não elaborou projetos, não se antecipou, porque se tivesse, certamente teria feito mais. -----

----Relativamente à educação, e aludindo à escola do Maxial, disse que consta em orçamento para 2025 a rubrica de € 1,00, inquirindo para quando, e aproveitando para lembrar que os parques educativos já deveriam estar prontos há 10 anos. Estão a falar nas escolas básicas para todas as freguesias, e isto aconteceu noutros municípios, mas continuam a andar atrás, sempre atrás. -----

----Voltando à questão da saúde, frisou que foi política da edil e continua a ser, não ir pelo caminho dos incentivos, e que apesar de verem que alguns municípios vão por aí, continuam a não incentivar, e sendo o orçamento o reflexo do que o município quer, ou melhor, do que o executivo que foi eleito quer para o município, é isto que querem que as pessoas percebam, que há oportunidade de fazer diferente, há oportunidade de fazer mais, mas é preciso ambição, querer e se tiverem essa ambição e se criarem projetos e não deixarem fugir um sem número de coisas que lhes foram passando ao lado, conseguirão lá chegar. -----

----O *deputado municipal Rui Prudêncio* interveio para salientar que tanto foi feito no concelho ao longo de tantos anos e com tantos orçamentos do PS que foram votados contra por toda a oposição, que tanta coisa hoje não existiria se não tivessem votado a favor. -----

----Disse ainda ficar muito contente em não haver gastos em cartazes publicitários da câmara, ao contrário das dezenas que estão espalhados com falsas promessas pelas estradas do concelho, que tanto os leva a questionar o que seria se quem dirigisse o orçamento da Câmara usasse esses valores para os espalhar. -----

----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* questionou se foi orçamentada alguma verba para que seja gratuito o TUT, que serve a população local entre a cidade e as zonas mais periféricas. -----

----Nesta altura, tomou a palavra a *presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos, assim: -----

----Disse que achou esta discussão relativamente ao orçamento completamente *sui generis*, começando pela intervenção do deputado municipal Luis Carlos Lopes, falando de eleitoralismo quando ele fez aquilo que nunca fez nestes anos para falar do orçamento ou de outra coisa qualquer, portanto, foi tão profundo e fez tantas comparações e foi à procura de tantas coisas, e se pensarem que é um gestor de uma escola, que já foi gestor de uma associação, tem obrigação

de saber que efetivamente se fazem planos e nem sempre a execução corresponde, mas que os planos devem ser feitos e que têm e devem ser feitos com alguma ambição, e no caso vertente uns disseram que este orçamento era feito com muita ambição, porque era eleitoralista, outros disseram que não tinha ambição nenhuma. -----

-----Nesta sequência reforçou que as opiniões são muito diversas relativamente ao orçamento e são este tipo de opiniões que conduzem e que fazem com que estes momentos sejam eleitoralistas.-----

-----Sinalizou ainda que o orçamento para 2025, é um orçamento na sequência daquilo que foi o dos últimos anos e mais nada e isso é exatamente o que vai acontecer, mas algumas coisas provavelmente não vão conseguir fazê-las mas, neste momento, querem e acham que têm condições para as fazer, e isso significa abrir uma rubrica para a escola do Maxial com €1,00, mas que não significa que vão gastar apenas um euro, significa que está aberta a rubrica, porque têm condições para reforçar a verba ainda durante este ano, para que a escola seja iniciada, e é exatamente que vai acontecer com a escola do Maxial, tal e qual noutras situações que têm rubricas abertas com € 1,00. -----

-----Pedi desculpa, mas pensa que é ignorância, este tipo de interpretações, o que não significa que não haverá coisas que não conseguirão chegar e outras que ainda não constam no orçamento e no plano, que é feito com o maior gosto que consigam chegar a tudo o que está previsto, e que consigam prestar os apoios a todas as entidades e associações, que fazem com a despesa corrente do município seja substancialmente maior do que de uma das autarquias vizinhas que praticamente não apoia as suas associações. Torres Vedras não têm programas que sejam seus exclusivamente, pois muitos dos programas, de natureza cultural, social e desportiva são feitos pelas associações que o município apoia e para isso, é preciso lá pôr dinheiro, para isso há despesa corrente, o que não acontecerá se não as apoiarem, pelo que escusam de vir ao plenário falar disso, porque no caso de Torres Vedras, a despesa corrente, é de facto, muito grande.-----

-----*O deputado municipal Rui Estrela* pediu novamente a palavra para abordar as palavras da edil no que concerne à despesa corrente, para explicar que a despesa corrente a que se referiu é com pessoal e aquisição de bens e serviços não propriamente subsídios ou transferências para as associações, que todos sabem que são precisos, estão a falar de outro tipo de despesa, da qual não vêm de ano para ano, benefícios para a população. -----

-----Lembrou ainda que quando falou na oportunidade perdida que Torres Vedras teve relativamente ao PRR, foi porque a 21 novembro no Portal da Transparência, Torres Vedras tinha um valor de investimento aprovado de € 12.500,00 e Mafra a esta mesma data já tinha recebido € 15,000,00 e neste momento já ultrapassou os 100 milhões, pelo que não estão a falar de

“coisinhas”, estão a falar de uma oportunidade, de facto, perdida pelo município. -----

-----A *deputada municipal* **Marta Geraldês**, disse que não se ia pronunciar sobre o orçamento, mas tinha que dizer que fica mal à presidente de Câmara chamar ignorantes aos deputados que com todo o cuidado se preparam para esta assembleia municipal e nesta sequência solicitou um levantamento nos últimos 5 anos das rubricas que foram abertos com €1,00 que tiveram qualquer transferência orçamental ou execução.-----

-----O **presidente da Assembleia** disse que no seu entendimento, a presidente da câmara chamou ignorante o assunto e falou de uma forma não objetiva.-----

-----Pedi novamente a palavra o *deputado municipal* **Luis Carlos Lopes** para dizer que o debate foi engraçado, foi vivo, sendo verdade todos têm direito a opiniões diferentes, mas fica contente com uma obra que espera mesmo que se concretize, porque é importante e diferenciadora para Torres Vedras que é a Escola Superior de Saúde, prevista para 2025, até porque sabem que ter ensino superior em Torres Vedras, é muito importante, sobretudo numa área que pode jogar com o tal “cluster de saúde”, nomeadamente a enfermagem, tendo em conta algo que já hoje na sessão foi referido pelo UTV que é a falta de enfermeiro e médicos, e esta escola poderá ser um polarizador de uma dinâmica de gente a vir para Torres Vedras.-----

-----Interveio novamente o *deputado municipal* **Ilídio Santos** porque já é a segunda vez que lhes chamam nomes nesta assembleia, já chamaram autista e agora ignorante, mas passa por cima, e nem sequer quer entrar por aí e não precisam de andar aqui todos a chamar nomes uns aos outros.-----

-----Aproveitou para referir que a presidente devia reconhecer como válidas muitas das propostas que lhe têm chegado por parte do UTV e se houver um aproveitamento destas propostas, conseguem todos contribuir para um melhor município, e foi sempre esse o intuito com que foram eleitos, foi sempre para construir mais e melhor para o município, mas quando comparam com outros a nível do PRR, percebem que oportunidades que passam. Não têm acesso a toda a informação, mas sabem isso e se tivessem trabalhado, se tivessem projetos na “gaveta”, tinham aproveitado e é isto que alertam, ou seja, não é só fazer o que é possível, é possível fazer mais. --

-----Concluiu lembrando que alguém referiu que este município já fez muito, muita obra foi construída, foi seguramente, mas poderia ainda ter mais e a isso chama-se aproveitar e ter ambição e dar mais aos munícipes, e é isso que o UTV quer.-----

-----Pedi ainda a palavra a **presidente de Câmara** para dirigir algumas palavras ao deputado Ilídio Santos, esclarecendo de antemão que não chamou de ignorante a ninguém em particular, e não chamaria, disse que era ignorância.-----

-----Esclareceu ainda o executivo é uma equipa em que todos apresentam propostas, e aceitam propostas de outros partidos, mas não têm que executar, as que não constam do programa

eleitoral do PS que foi sufragado pelo povo, pois isso não significa que se traduziria numa melhoria e nalguns casos até há algumas propostas que versam coisas que já estão em curso. Assim não há uma rejeição das propostas, há um trabalho de aproveitamento, aceitam algumas e não aceitam outras, o que é uma coisa perfeitamente normal, porque querem todos o melhor para o município. -----

-----Conclui dizendo que felizmente, sim, têm estratégias diferentes. -----

-----Concluídas todas as intervenções o presidente da Mesa submeteu o assunto à votação: -----

----- Atenta a sua competência estabelecida nas alíneas a) e o), do n.º 1 art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria de 23 votos a favor, 1 abstenção e 15 votos contra aprovar documentos previsionais para 2025 do Município de Torres Vedras – grandes opções do plano, orçamento e mapa de pessoal. -----

-----Anota-se que se absteve José Damas Antunes e votaram contra e votaram contra Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António João Bastos, Ana Fiéis, João Paulo Reis, Pedro Vaza, Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes e Andreia Caldas, Francisco Corvelo, Pedro Castelo e Carlos Filipe. -----

7 - PROPOSTA N.º 48/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2025 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL: -----

-----Presente ofício número 6245, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29/11/2024, a remeter os documentos em título, aprovada, por maioria, pelo executivo na sua reunião extraordinária de 28/11/2024. -----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que este orçamento de 2025 tem o valor de € 24.201.575,00 apresentando uma variação positiva da ordem dos 10,13% relativamente ao ano anterior, que resulta por um lado da despesa corrente e bastante menos da despesa de capital. ---

-----Relativamente à despesa com pessoal, indicou que há um aumento de € 348.000,00 euros nas despesas com pessoal, mesmo assim inferiores às do ano passado, que foram de € 819.000,00 e são justificadas fundamentalmente pelos aumentos legais, alterações de posicionamento remuneratório, valorizações remuneratórias verificadas em algumas categorias, não se verificando, como no caso da Câmara Municipal, terem de absorver 600 assistentes operacionais e assistentes técnicos vindos do Ministério da Educação. -----

-----Explicou ainda que para 2025 há solicitação por parte dos SMAS de um duodécimo que aliás está expresso no orçamento da câmara municipal de € 2.314.000,00, para fazer face aos primeiros investimentos do ano, mas que, com toda a probabilidade e de acordo com a avaliação e perspetivas para o próximo ano, será para ser reembolsado à Câmara Municipal. -----

-----No tocante à receita corrente cerca de 34%, vem do saneamento, 28% da água e cerca de 20% dos resíduos sólidos, a aquisição de serviços tem um peso significativo de cerca de 40%, despesas com pessoal cerca de 31%, e aquisição de bens 24%. -----

-----Dos investimentos previstos para o próximo ano, salientou que nas obras de saneamento é onde o valor é mais significativo, sendo menor nos resíduos sólidos e mesmo assim, nas obras de abastecimento de água, que são inferiores às de saneamento, têm algum significado, sendo nos resíduos sólidos que tem o investimento mais pequeno. -----

-----No que respeita a pessoal, lembrou que os SMAS propõem uma alteração de estrutura orgânica que será discutida no ponto seguinte, para se tornarem mais funcionais e mais competitivos e também para permitir promover a transparência, clareza na definição de responsabilidades, contribuindo para uma gestão mais eficiente, eficaz e orientada para resultados, que dá origem a 7 divisões, em vez das 6 divisões que tem nesta altura e, portanto, com uma organização que, segundo a diretora delegada, levará realmente a uma agilização e modernização no seu funcionamento, com um foco mais no cliente, o que é absolutamente incentivado. Tem também uma nova divisão direcionada para a inovação, assumindo-se como um alicerce tecnológico da própria organização. -----

-----Em termos globais, o mapa de pessoal tem extinção de 18 postos de trabalho e criação de 26, ou seja, portanto, uma variação positiva 8 postos de trabalho apenas, mesmo com a alteração da orgânica. -----

-----O *deputado municipal Francisco Corvelo* assinalou que no plano plurianual de investimentos dos SMAS, podem verificar que, para o ano 2025 não há nem um único cêntimo para resíduos sólidos, nomeadamente para viaturas, tanto para novas como para reparação, o que é algo para o PCP incompreensível, tanto mais com os problemas que existem na atualidade com a recolha de resíduos. -----

-----Também lhe chamou a atenção, algo que acham um pouco estranho, se bem possível, que é o facto de a despesa ser bem maior, em 2026 do que em 2025. O valor de investimento em 2025 será de € 2.422.000,00 e em 2026 será de € 3.398.000,00 o que reflete um grande aumento percentual e entendem que se tal aumento fosse aplicado naquilo que mais falta faz até poderia ser perfeitamente justificável, todavia, da leitura dos documentos ficaram com algumas dúvidas que assim seja. -----

-----Reportando-se às notas estratégicas na parte do enquadramento económico, alertou para um eufemismo que citou “no entanto os conflitos internacionais como a permanência da federação russa no território ucraniano e as tensões no Médio Oriente, envolvendo o Hamas, continua a representar riscos significativos” dizendo que para além de lhes parecer, uma justificação muito rebuscada, aquilo que também os espanta é que, mesmo em documentos desta natureza, o PS

tentar esconder até exaustão que o que se passa no Médio Oriente é um genocídio e não é o PCP que o diz, é a amnistia internacional que, como todos sabem, nada tem a ver com o PCP e uma ocupação militar por parte de Israel da Palestina e agora de parte da Síria, tratando-se este assunto eufemisticamente como repare-se, “tensões no Médio Oriente, envolvendo o Hamas”-----

-----No tocante às linhas estratégicas registou a melhoria da recolha e lavagem de contentores, contudo, ficam sem perceber como está previsto o aumento de 10,13% das receitas e despesas, e que praticamente todas as receitas são provenientes dos utilizadores ou de alguns fundos europeus ou nacionais. -----

-----Concluiu anotando que estes documentos previsionais de gestão, não os convencem. -----

-----Por sua vez o *deputado municipal Rui Estrela* anunciou o voto contra do UTV, tal como os vereadores deste movimento já tinham votado quando foi apresentado no Executivo Municipal -----

-----Começou por se pronunciar com o tema do pessoal, ao qual nada tinha a acrescentar, ou seja estão a falar de uma evolução que lhes parece normal, sem nada de extraordinário.-----

-----De qualquer forma, preocupa-os muito o investimento, porque de ano para ano, vêm falando do baixo investimento que os SMAS está a realizar, e este orçamento tem 10% apenas de despesas de capital, 90% são despesas correntes pelo que perguntam onde é que anda este investimento, e se há coisas que os fazem votar contra, é o caso da taxa de execução miserável, de 40% das obras de reabilitação das redes, que é um número fora de qualquer previsão razoável e sobre o qual leu uma nota do relatório anual da ERSAR “O município tem a rede envelhecida e nos últimos 5 anos, a entidade responsável pelos serviços de abastecimento de água reabilitou atualmente 0,2% das condutas com mais de 10 anos, o que corresponde a uma avaliação insatisfatória.” -----

-----Reforçou ser coincidência ou não, mas o que é certo é que estes 5 anos correspondem ao momento em que houve uma passagem dos serviços de recolha dos resíduos sólidos urbanos da Câmara Municipal para os SMAS. -----

-----Acrescentou que na altura era dito que os resultados seriam sempre positivos nos SMAS e não haveria transferências de verbas da Câmara Municipal e que as tarifas não seriam aumentadas durante 15 anos, mas nada disto se verificou. Hoje já pagam mais de 57% de aumento de tarifas e em 2025 passará a ser 61% e o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, como todos está à vista de toda a gente, por todo o concelho, piorou imenso, tudo isto com base num estudo sem qualquer credibilidade, como já aqui também foi referido nesta assembleia, pelo que o voto do UTV só pode ser contra por estas razões, ausência de investimento e aumento exponencial das tarifas de RSU. -----

-----O *presidente de Junta da Ponte do Rol, Pedro Vaza* interveio no sentido de indicar que em 20 anos seria a pela primeira vez que iria votar contra o orçamento dos SMAS, o que lhe custa.-----

-----Especificou que como autarca vê o orçamento de maneira diferente, vê na prática, não vê números, e nunca viu tanto contentor de lixo sem rodas e com tampas partidas, dizendo que pediu há mais de 3 meses contentores para substituir uns que não têm tampa na frente da sua casa assim como para outros locais, mas ele mora mesmo no centro da Ponte do Rol. Também fez pedidos para ramal de água e para saneamento, há mais de 4 meses. -----

-----Assim, manifestou a sua incompreensão e deixou a mensagem que isto nunca teve assim e é a realidade. Custa-lhe, porque tem grande consideração pelas pessoas dos SMAS, mas desta vez não suporta e vai ter mesmo que votar contra, porque as coisas estão mal. -----

-----Ainda sobre os documentos previsionais dos SMAS, o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* pegando nas palavras do interveniente anterior, disse que têm simpatia pessoal e profissional pelas pessoas dos SMAS e pela administração, mas efetivamente um pouco por todo o lado, até na cidade, nunca viu a recolha seletiva tão descuidada em lugares como a Rua Tenente Valadim e em frente ao Novo Banco, no centro de Torres Vedras.-----

-----Não vê outras razões, mas certamente será necessário pessoal, não sabe se precisam de carros, ou se é um problema de organização, mas algo se passa, precisam de qualquer mudança, qualquer *upgrade*.-----

-----Reforçou que já mais do que pelas contas, a questão é mesmo os serviços, neste momento, nomeadamente nos resíduos, pois não liga à questão do estudo, liga à coisa prática, e por todas as razões e por mais esta o PSD mostra o seu descontentamento não votando favoravelmente as contas dos SMAS.-----

-----Seguiu-se a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* que em relação à esta questão dos resíduos, já abordada pelos colegas que a antecederam, acrescentou que há resíduos com custo de escoamento zero, que são os dos contentores amarelo e verde, cuja recolha é da responsabilidade da Valorsul. -----

-----Lembrou que houve um investimento mais de 1 milhão de euros, para fazer um ecocentro e uma estação de transferência próxima da cidade, porque iriam poupar nas rotas, e em mais um sem número de coisas, mas em vez disso, têm uma taxa de mais 60% do que anteriormente, um serviço de recolha a funcionar mal, porque a população se calhar cresceu, ou porque há questões ligadas à economia circular, sendo que paralelamente, esta política também devia estar a coexistir em relação aos resíduos indiferenciados. -----

-----Relativamente aos biorresíduos disse que estava curiosa em saber quais são as taxas de recolha, porque a julgar pelo que constata no local onde faz a sua reciclagem, deve ser a única a fazê-lo. -----

-----Por outro lado, lembrou sobre um sistema, já vem há imenso tempo em vários documentos da própria câmara, um deles muito recente, o Plano Municipal da Ação Climática, em que uma das

ações é sobre o chamado Payt - Pay as You throw, que significa “paga aquilo que produzes” que é um sistema que existe noutros municípios do país, para executar entre 2023 e 2025. Assim, não percebe como é que este sistema não está previsto no orçamento para 2025, porque era uma das formas de retirarem dos contentores verdes os resíduos indiferenciados que estão a ser aí colocados, e que deviam ir para a recolha seletiva. -----

----Lembrou ainda que Torres Vedras tem uma taxa de recolha seletiva vergonhosas, abaixo da média nacional, abaixo da média da própria região oeste, quando isso é irónico, porque não precisavam de pagar os resíduos que vão para esse circuito de recolha, e se a Valorsul está a falhar também lhes compete a chamar a atenção. -----

----Referiu ainda que têm cada vez mais espalhado pelo concelho os resíduos de construção e demolição, como nunca tiveram quando tinham o ecocentro antigo, que acolhia este tipo de resíduos e mais uma série de coisas, mas neste momento, continua-se a não se receber nada, não há decisões.-----

----Sabe que é difícil convencer as pessoas, mas não podem dizer que têm má vontade, ou que são ignorantes, porque os cidadãos têm uma atitude normal e muitas pessoas não fazem recolha seletiva. A nível do comércio/indústria também nota que estão a colocar indevidamente o lixo dos seus estabelecimentos nos outros contentores e a fiscalização não está a atuar como devia, porque sabem de onde eles vêm, e que continuam a vir, o que faz com que os contentores fiquem cheíssimos com coisas que não deviam estar lá, e assim não há rota que valha.-----

----Concluiu fazendo notar que algo tem que ser feito em relação à Valorsul porque as coisas não podem continuar assim e as negociações que tem que ser feitas para eles receberem os resíduos de construção, demolição e tudo isso, mas já lá vai 4 anos e está tudo na mesma, aliás, está pior, como foi já dito. -----

----O *presidente de junta de freguesia do Ramalhal, **António Espírito Santo***, disse que iria intervir, na questão da separação seletiva, para dizendo que nas aldeias e, pelos vistos também na cidade, as pessoas não criaram o hábito e não separam, e isso é muito grave. Não sabe se terá que haver regulamentação, mas terá que haver penalizações uma vez que 60% a 70% do lixo que está num contentor RSU, não devia lá estar, devia estar no ecoponto. -----

----Deu ainda nota que alguns cidadãos para além de não reciclarem, deixam o lixo no chão, que a junta tenta recolher assiduamente para manter o local limpo, por isso deve-se mudar muita coisa, os serviços podem ter falhas, a Valorsul seguramente que também têm falhas, mas os utentes também têm falhas. -----

----O *deputado municipal **Sérgio Simões*** disse presumir que a presidente do conselho de administração dos SMAS seja sensível a estas questões que foram levantadas genericamente pelos colegas da assembleia e tem um bom instrumento para isso, que é revisão orçamental e a

aplicação do saldo de tesouraria, eventualmente em situações que sejam possíveis de remediar.--

-----Passando aos documentos em análise, referiu que orçamento e o plano têm aquilo que é essencial nos serviços municipalizados, podendo tê-lo em menor ou maior quantidade ou extensão e iria pronunciar-se sobre a questão da renovação das redes. -----

-----Nesse propósito, começou por dar nota que há uns anos atrás a renovação de um quilómetro de rede de água custava 1 milhão de euros. Não sabe os números atuais, mas os SMAS estão a fazer já de alguns anos a esta parte, a setorização das redes, uma coisa que é importante para a renovação das redes e que é essencial, e que vai conduzir a que se possa detetar, quais as redes e as localizações que estão em piores condições e, a partir daí, fazer a renovação progressiva e de uma forma racional e não aleatória como, eventualmente, se possa pretender.-----

-----Esta é a posição do PS, relativamente à renovação das redes. -----

-----Reforçou que o mesmo se diga do alargamento da própria telegestão, o mesmo se diga em termos de evitar de perdas de água e da telecontagem domiciliária, portanto, todas estas situações são importantes no sentido de poupar euros aos SMAS. -----

-----Relativamente ao orçamento propriamente dito, do seu ponto de vista, os números são aceitáveis porque a aquisição de bens e serviços tem um aumento relativamente grande, mas a maior parte desse aumento, para não dizer quase a totalidade tem a ver com o pagamento da água e com o pagamento da recolha de águas residuais e, portanto, é uma situação que não está dependente diretamente dos próprios SMAS.-----

-----Por último disse que a separação dos resíduos, é uma ideia excelente, o princípio do poluidor/pagador neste caso, pagar apenas aquilo que consome do indiferenciado de resíduos é uma ideia excelente, mas até agora ninguém lhe disse como é que se vai controlar esse sistema, portanto, pensa que é conversa da treta, estarem a insistir neste ponto como se fosse a coisa mais fácil deste mundo, porque não é, é possível, mas é difícil. -----

-----Por último e em relação às comparações com os municípios vizinhos, sugeriu que os colegas fossem ver o preço da água do município ao lado, para depois falarem com ele, mas avançou com a informação: 1.º escalão - 65,80 em Torres Vedras 61,23, 2.º escalão - 1.38,48 em Torres Vedras 1,02.02, e isto ao fim do ano é muito dinheiro.-----

-----A deputada municipal **Ana Teresa Carvalho**, interveio no sentido de dizer que a conversa da treta fica nas palavras do colega. -----

-----Respondeu ainda que a questão do Payt está prevista em documentos feitos pela própria Câmara Municipal. É um sistema que existe noutros locais, sendo um dos exemplos a cidade de Guimarães e o colega também pode questionar a diretora delegada dos SMAS como é que se faz.

-----Ainda sobre a questão dos resíduos a **presidente da Câmara** esclareceu que os SMAS estão a ultimar um plano de implementação mais rápida, para melhoria da recolha dos resíduos no

território e, já está em funcionamento uma prestação de serviços com uma entidade de recolha uma vez que atualmente existe uma grande dificuldade de recrutar recursos humanos para virem trabalhar nesta área, e assim também é difícil ter circuitos como deve de ser, ainda que eles possam ser otimizados.-----

-----Sobre a recolha dos “monos”, informou que está a ser revista, com diferenças relativamente àquilo que existe agora.-----

-----Terminadas as intervenções passou-se à votação.-----

-----Atenta a sua competência estabelecida nas alíneas a) e o), do n.º 1 art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria de 23 votos a favor, 2 abstenções e 14 votos contra, aprovar dos documentos previsionais para 2025 dos serviços municipalizados de água e saneamento de Torres Vedras - grandes opções do plano, orçamento e mapa de pessoal.-----

-----Anota-se que se abstiveram Pedro Castelo e Carlos Filipe e votaram contra Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António João Bastos, Ana Fiéis, João Paulo Reis, Pedro Vaza, Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes e Andreia Caldas.-----

8 - PROPOSTA N.º 49/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA, E REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 6244, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29/11/2024, a remeter os documentos em título em conformidade com o deliberado, por maioria, pela Câmara Municipal, na sua reunião extraordinária de 28/11/2024.-----

-----O **presidente da Mesa** disse que no ponto anterior já tinham sido proferidas muitas intervenções associadas a este ponto, inclusive da presidente da Câmara, pelo que deu de imediato a palavra ao plenário para se pronunciar.-----

-----O **deputado municipal Ilídio Santos** disse que iria tecer algumas observações acerca da orgânica desde logo lembrando que a presidente da Câmara quando tomou posse há uns anos atrás, disse que iria mexer na orgânica da Câmara e na da Promotorres mas que a dos SMAS iria ficar como estava, contudo esta é a terceira alteração à orgânica do SMAS, por sinal a mais profunda, e a que cria pequenas unidades, pequenos poderes, mas o que leva o UTV a votar contra prende-se essencialmente com o facto de estarem a 9 meses do final do mandato.-----

-----Consideram que as alterações às orgânicas são para se fazer no início do mandato não no fim, pois não sabem quem vem a seguir.-----

-----Por outro lado, anotou como estranho o facto de para a orgânica da Câmara terem sido consultados os vereadores do UTV, mas para esta não, não percebendo qual a diferença e para além disso também não foi contratada nenhuma empresa especializada, foi feita apenas com os

colaboradores. -----

----A *deputada municipal Marta Gerales*, indicou que daquilo que depreendem, a alteração em discussão não combina com o que a edil disse e até que percebem, relativamente ao facto de haver grande falta de mão de obra nesta área e os ordenados não serem competitivos, parecendo-lhe que visa cargos comunicacionais e de organização interna, e não propriamente estes recursos que consideram que podem estar a fazer falta nos quadros e só por essa questão o PSD vai se abster. -----

----Por sua vez o *deputado municipal Sérgio Simões*, disse que em nome do PS desejava rejeitar quaisquer insinuações que lhe pareceu ouvir sobre motivações inconfessáveis na organização desta estrutura orgânica. -----

----De seguida queria explanar algum pensamento sobre aquilo que deve ser, ou que deve conter uma estrutura organizacional, de qualquer empresa ou instituição, ou seja, que deve contribuir para a organização atinga os objetivos a que se propõe no curto médio longo de prazo, deve possuir uma estrutura hierárquica bem definida, ser funcional, isto é, permitir a fluidez dos seus processos, contribuir para que os clientes ou utentes sejam servidos com eficiência e qualidade e contribuir para que os recursos humanos sintam confortáveis e mobilizados nas funções que são distribuídas para atingir os objetivos coletivos. -----

----Acrescentou que a verdade é que quase toda as estruturas organizacionais resultam da análise por parte dos decisores das necessidades que a própria organização tem, a cada momento e que é dinâmica, como todos sabem e, portanto, estar a opinar sobre a bondade ou não de uma qualquer estrutura organizacional, sem ter o devido conhecimento das necessidades e daquilo que se passa no terreno, e não querendo ofender ninguém, mas parece-lhe que é um bocado demagógico. A segunda dificuldade é que nenhuma estrutura organizacional, muito boa que seja no papel, funciona se não tiver os recursos humanos adequados, nas respetivas funções. -----

----Neste caso concreto, o PS não tem dúvidas que os recursos humanos na sua generalidade são adequados às funções que exercem e estão mobilizados para a organização, mas continua a subsistir a primeira dificuldade que apontou, que é o desconhecimento das circunstâncias e as necessidades da organização. -----

---- Assim e por essa razão e essas dificuldades que encontram, não vêm nenhuma razão, para duvidar dos decisores que conduziram esta estrutura orgânica e daí o voto favorável do grupo municipal do PS. -----

----O *deputado municipal Ilídio Santos* interveio novamente dizendo que certamente não foi bem entendido ou então entraram numa fase de fazer política, mas ele não é político, é apenas um cidadão do movimento e está no plenário por isso, mas entraram em demagogias, e por aí fora. ---

----Disse ainda que o que questionou não foram os cargos nem os pelouros nem o que é que foi

constituído, mas o processo por ser no final de mandato e segunda questão foi de não ter sido contratada uma empresa e ninguém ter sido ouvido, como aconteceu para a orgânica da câmara, ou seja, apenas opinou sobre o processo, e nada mais. -----

----O *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* disse que lhe pareceu que a alteração em causa nada tem a ver com os lixos, nem com os cabouqueiros, ou seja, vão continuar a ter carência do que precisam. -----

----Ainda sobre este assunto foi dada a palavra à **presidente de Câmara**, que abordando a questão do “processo” levantado pelo deputado municipal Ilídio Santos, esclareceu que foi entendimento do conselho de administração sob proposta da diretora delegada, que é quem efetivamente melhor conhece a situação do funcionamento dos SMAS, que as alterações eram de pequena monta e não necessitavam que houvesse uma empresa externa. -----

----Relativamente ao facto de inicialmente ter dito que não previa que houvesse alteração à orgânica dos SMAS, esclareceu que essa era a sua previsão naquela altura, e independentemente daquelas duas alterações que houve, que foram pouco significativas, e achando a diretora delegada, que para resolver situações em que existiam condicionamentos, que seriam resolvidos com uma alteração da orgânica, mudou de opinião, assegurando-se de que isso seria significativo para o melhor funcionamento da própria estrutura. -----

----Concluídas as intervenções, passou-se de imediato à votação. -----

----A Assembleia Municipal nos termos da alínea c,) do art.º 13.º, da Lei n.º 50/2012, de 31/08, no Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23/10, bem como na alínea m), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, deliberou por maioria de 24 votos a favor, 8 abstenções e 7 votos contra aprovar a proposta de alteração da estrutura orgânica, e regulamento da estrutura orgânica dos serviços municipalizados de água e saneamento de Torres Vedras. -----

----Anota-se que se abstiveram Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António João Bastos, Ana Fiéis, João Paulo Reis, José Damas Antunes, Pedro Castelo e Carlos Filipe e votaram contra Pedro Vaza, Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes e Andreia Caldas. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----Pelos 01:00 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente reunião, o que mereceu a concordância de todos os membros da assembleia, indicando que continuaria no dia seguinte, tal como devidamente publicitado, uma vez que não foram

discutidos todos os pontos agendados.-----

AOS DEZANOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2024:-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segundo secretário).-----

-----Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Carolina Antunes Cosme, (em substituição de Susana Maria Ribeiro Neves), Rui José Prudêncio, Marta Filipa, Geraldês, Rui Manuel Estrela da Silva, José António do Vale Paulos, António João Leal da Costa Bastos, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Marco António Figueiredo Branco, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sérgio Augusto Nunes Simões, Ana Isabel Marques Fiéis, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, João Paulo Moreira dos Reis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, Vitor dos Santos Gageiro (em substituição de António José Silva Alves), Sérgio Matias Rodrigues Calado (em substituição de Luís Pedro Duarte Silva), João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz e David Alves Gomes Lopes. -----

-----Faltou o membro Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Sónia Alexandra Ferreira Patricio e Mário João Rodrigues Matias.-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores, Sérgio Paulo Matias Galvão, Duarte Rogério Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Ramos. -----

-----O **presidente da mesa** deu início à sessão, com as costumeiras saudações e passou a palavra ao segundo secretário para dar nota que estava presente em substituição do presidente da Junta de São Pedro da Cadeira, Vítor Gageiro e do presidente da Junta de Freguesia da Silveira, Sérgio Matias Calado. -----

9 - PROPOSTA N.º 50/CM/2024 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - EMPREITADA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO SARGE – CONCURSO PÚBLICO:-----

-----Presente ofício número 6362, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/12/2024, a

remeter, de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 10/12/2024, o procedimento em título, para autorização dos encargos plurianuais, pelo valor de € 4.808.258,76 euros acrescido de IVA à taxa legal em vigor que resulta da estimativa orçamental entregue com o projeto de execução, cuja obra terá um prazo máximo de execução de 728 dias de calendário, estimando-se que a despesa fique repartida da seguinte forma: 2025 - € 900.795,00 + IVA; 2026 - € 1.801.500,00 + IVA e 2027 - € 2.105.963,76 + IVA - Total: € 4.808.258,76 + IVA.-----

-----Sobre a empreitada em título, **a presidente da Câmara** referiu que a Assembleia Municipal tinha apenas que autorizar a repartição de encargos para a empreitada de construção da Escola Básica do Sarge entre 2025 e 2027. -----

-----Não se registando intervenções, passou-se de imediato à votação: -----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista nos n.ºs 1 e 6, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/06, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade com efeitos à data de abertura do procedimento, autorizar a repartição de encargos da empreitada para construção da escola básica do Sarge, nos seguintes moldes: 2025 - € 900.795,00 + IVA; 2026 - € 1.801.500,00 + IVA e 2027 - € 2.105.963,76 + IVA -Total: € 4.808.258,76 + IVA.-----

10 - PROPOSTA N.º 51/CM/2024 - AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - AQUISIÇÃO DE ACERVO FOTOGRÁFICO DE EDUARDO GAGEIRO – AJUSTE DIRETO:-----

-----Presente ofício número 6359, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/12/2024, a remeter de conformidade com o deliberado, por maioria, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 10/12/2024, o procedimento em título, para autorização dos encargos plurianuais da aquisição do acervo de Eduardo Gageiro, pelo valor de € 250.000,00, acrescido de IVA, repartido por 2 anos económicos, assim: 2025 – € 125.000,00 e 2026 – € 125.000,00 (ambos com acrescido de IVA). --

-----A **presidente da Câmara** fez o enquadramento do processo informando que surge na sequência da negociação que foi feita com o mestre Eduardo Gageiro para poderem ficar com o acervo em causa e que ao longo dos últimos anos tem sido depositado e tem sido trabalhado em Torres Vedras, por uma técnica contratada pela autarquia para o efeito, sendo os valores para 2025 € 125.000,00 euros e igual valor para 2026, portanto, para os dois próximos anos.-----

-----Explicou ainda que estes valores já estão expurgados dos gastos inerentes ao tratamento da coleção e para os contratos que foram feitos para a coleção estar aqui em Torres Vedras. Um primeiro contrato de € 54.000,00 euros, em 2023, um segundo contrato também de € 54.000,00 euros, mas do qual só foram pagos € 4.260,00 euros e, para além disso, € 45.000,00 para a contratação do referido técnico, ou seja, todos estes valores estão expurgados daquilo que era o valor que era atribuído à coleção que era praticamente de € 500.000,00.-----

-----Contas feitas, do restante valor (€ 378.965,00), depois de negociação com o mestre

chegaram ao valor de € 250.000,00 pago em 2 tranches, acreditando que ficaram todos beneficiados com a existência deste acervo em Torres Vedras. -----

-----Usou da palavra o *deputado municipal* **António João Bastos** lembrando que há uns anos atrás também veio a esta Assembleia Municipal, a aquisição por ajuste direto, da coleção de brinquedos do Octávio Neves, sobre a qual manifestou na altura a sua convicta discordância, mas que não impediu a câmara municipal de pagar na altura 120 mil euros pelos brinquedos, agora parece-lhe que a história se vai repetir, mas desta vez vai-lhes custar mais caro. -----

-----Nesta sequência e em primeiro lugar disse concordar que o Eduardo Gageiro é um profissional de grande qualidade tanto que a autarquia já lhe encomendou 3 livros de fotografias, mas tem que perguntar se querem um museu de fotografias em Torres Vedras, ou de outros temas mais ligados aos torrienses, que preferiam explorar e se este fotografo tem alguma ligação a Torres Vedras, para além de ter sido contratado várias vezes pela câmara municipal e pelos vistos dela ter ficado muito amigo. -----

-----Quanto a factos frisou que em dezembro de 2017 a câmara adquiriu parte do espólio do Eduardo Gageiro pelo valor de €40.000,00, depois em abril de 2020 faz um contrato de locação, ou seja, um aluguer por € 54.000,00. Tem presente que em 2021 tiveram o COVID, mas já que tinham gasto o dinheiro, não poderia ter sido feita uma exposição da coleção em 2022 ou 2023, mas não se fez, e gastaram-se mais € 45.000,00 a pagar a uma técnica para estudar e tratar o espólio. Acrescentou que em outubro 2023, como nada se tinha feito, que pudesse ser visto ou usufruído pelos torrienses, toca de fazer outro contrato por mais 3 anos, até outubro de 2026 e paga-se mais 54 mil euros. Além destes pagamentos ainda suportou os encargos do seguro da locação dos 6 anos de locação, que não faz ideia quanto. -----

-----Quanto a contas já foram gastos cerca de €200.000,00€ e ainda não viram nenhuma exposição, agora a câmara vai gastar mais € 250.000,00, mais IVA e não sabe se ficarão por aqui tendo um acerto avaliado em € 482.225.000 euros, não se sabe por quem, dando nota de uma pesquisa que fez na internet sobre equipamento fotográfico em que se focou nos itens mais valorizados e verificou grande disparidade nos valores que encontrou relativamente aos da avaliação, questionando quem fez a avaliação e que critérios utilizou -----

-----Em conclusão indagou se é oportuno este investimento, e se não haverá outras temáticas em que os torrienses mais se identificam onde poderia ser gasto este dinheiro e ainda se no decorrer deste processo está a ser acautelado devidamente o gasto com o dinheiro público porque a ele parece-lhe que não.-----

-----Também pediu a palavra o *deputado municipal* **Pedro Castelo**, para abordar aquilo que foi, na altura, a expectativa gorada da aquisição da coleção de Octávio Neves, embora tenha sido um dos apoiantes da compra da mesma, porque achou que era útil para o município e também para

os torrienses. A dita coleção, que saiba, nunca foi exposta na totalidade, com exceção de uma pequena parte que esteve em tempos no Atelier dos Brinquedos, mas que há cerca de 8 meses não estava exposta, tendo tido a indicação que estava disponibilizado para outras situações. -----

-----Em relação à aquisição em tema parece-lhe de facto, que é muito dinheiro para comprar um acervo fotográfico de alguém, que é um fotógrafo de excelência e que tem uma importância capital naquilo que é a captação das imagens de um dos dias mais importantes, Portugal que é precisamente o 25 de abril, mas acha que o valor a pagar pelo município é muito grande e sem retorno para o município. -----

-----Assim, gostaria de ser esclarecido porque não percebeu o que é o que a Câmara Municipal quer fazer com este acervo, qual a ideia, como utilizá-lo, se vai ficar disponibilizado ao público e acima de tudo o que é que se vai fazer para não repetir os erros que o município fez com a aquisição da coleção Octávio Neves. -----

-----Para responder a algumas das questões tomou a palavra à **presidente da Câmara**, que enfatizou o facto de relativamente ao mestre Eduardo Gageiro nem sempre os termos usados serem termos com a elevação que a obra do fotógrafo merece, como se não fosse alguém com grande credibilidade e com uma obra tão interessante, que esteve exposta em Lisboa e que esteve patente durante diversos meses, pelo que refirmou que é uma honra para Torres Vedras que consiga ter este um acervo, que possa em determinados momentos, ser objeto de espaço expositivo, como já está programado para a Galeria Municipal uma exposição para 2025 com material deste acervo. -----

-----Especificou que não têm um edifício para poder acolher e expor toda a obra, mas também não vai perder a esperança de que não possa vir a acontecer e não é por não terem um espaço expositivo que permita que a obra esteja sempre em exposição, que vão deixar de comprar a obra, tal como também adquiriram a do Ezequiel Santos, um fotógrafo torriense que todos admiram e do qual pensa que não há dúvidas no que respeita à importância da sua obra. -----

-----Neste enquadramento ainda informou que pretendem vir a ter um núcleo que permita haver um espaço dedicado à fotografia e que inclua quer o Eduardo Gageiro quer o Ezequiel Santos. -----

-----No tocante às contas referidas pelo deputado municipal António Bastos esclareceu que também não estão corretas, porque na realidade do último contrato que foi feito no valor de € 54.000,00 foram pagos apenas € 4.260,00, ou seja o que foi a gasto efetivamente para a coleção foi apenas € 103.260,00, que está expurgado da avaliação que foi feita, uma avaliação técnica, tendo em atenção material da mesma natureza, que permitiu chegar um valor aproximado, e que no caso vertente deu um valor global de quase 500 mil euros, mas que não é o valor desta aquisição, pelo que acha que é algo com que o município se comprometeu e que orgulhará os torrienses, o facto de ficarem com este acervo e o poder mostrar a toda a gente. -----

-----A este propósito o *deputado municipal Jorge Santos* disse que o arquiteto António João Bastos antecipou-se e de alguma forma esgotou, ou pelo menos retirou parte dos seus argumentos relativamente ao assunto. -----

-----De qualquer maneira deixaria alguns apontamentos ao plenário, desde logo que não está em causa um valor, quem são eles para por em causa o valor da obra, o valor do artista, o valor que quando estão a falar de critérios económicos nestas questões e é sempre difícil de atribuir, mas, no entanto, é possível avaliar criteriosamente a partir de um valor estabelecido para o mercado. ---

-----Ressalvou que houve uma reunião de executivo em 30/01/2024, em que foi aprovado um contrato de depósito de 5 anos, mas que não tinha o mínimo de segurança para a câmara que limitar-se-ia apenas e só a pagar e o proprietário da obra poderia, a qualquer momento, levá-la com ele. Por iniciativa dos 2 dois vereadores do UTV, foi levantada esta questão que posteriormente teve eco na imprensa local através de uma série de artigos, e passou segundo a formulação de 10/12/2024 a “aquisição de acervo fotográfico de Eduardo Gageiro”.-----

-----Ressalvou ainda como importante saber, quem é que avaliou, porque como se verificou é possível atribuir um valor económico a cada uma daquelas peças. Não teve tempo de tempo cotejar isto que, de facto, também na internet se consegue fazer, mas relativamente às fotografias e isto qualquer iniciado nestas questões percebe, é que não sabem, provavelmente, quantas fotografias, quantas réplicas, quantas cópias daquelas fotografias há, quem tem os negativos e quanto mais réplicas e mais cópias houver, tanto menos valor económico elas têm, portanto, esta questão é absolutamente fundamental.-----

-----Relativamente às máquinas, coloca-se um problema também pertinente que é a manutenção e se elas não forem expostas, tal e qual, como as fotografias, é óbvio que é dinheiro deitado à rua e em breve acabará por entrar em degradação. -----

-----Não se registaram mais intervenções, pelo que o presidente da mesa submeteu à votação o ponto em título. -----

-----Tendo presente a sua competência, prevista nos n.ºs 1 e 6, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/06, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria 20 votos a favor, 11 abstenções e 6 votos contra, autorizar a para repartição de encargos da aquisição de acervo fotográfico de Eduardo Gageiro – ajuste direto, pelo valor de € 250.000,00, acrescido de IVA, repartido por 2 anos económicos, assim: 2025 – € 125.000,00 e 2026 – € 125.000,00 (ambos com acrescido de IVA). -----

-----Anota-se que se abstiveram Jorge Santos, Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho, Ilídio Santos, Humberto Gomes e Andreia Caldas, Ana Fiéis, Francisco Corvelo, Pedro Castelo, marco Figueiredo e Carlos Filipe e votaram contra Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António João Bastos, Ana Fiéis, João Paulo Reis, José Damas Antunes. -----

11 - PROPOSTA N.º 52/CM/2024 - RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE HONRA, À COMUNIDADE FRANCISCANA DO CONVENTO DO VARATOJO, APROVADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL EM 08/10/2024:-----

-----Presente ofício número 5795, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24/10/2024, a informar que a câmara municipal deliberou, na sua reunião de 08/10/2024, aprovar a proposta de atribuição de medalhas, com o propósito de proceder à entrega das mesmas em sessão solene pública a realizar no dia 11/11 e que na mesma reunião foi deliberado propor a este órgão deliberativo atenta a competência prevista no n.º 2, do art.º 10.º do regulamento, ratificar, a atribuição da “Medalha Municipal de Honra”, à Comunidade Franciscana do Convento do Varatojo.

-----O **presidente da Assembleia** informou que este processo mereceu o acompanhamento da Comissão Permanente de Líderes, que aprovou que a atribuição em título decorresse no dia 11 de novembro, dia em que se celebra o Feriado Municipal, uma vez que não haveria sessão da Assembleia Municipal antes dessa data, tendo em conta que o regulamento de atribuição das medalhas, prevê que as medalhas de honra sejam atribuídas com aprovação da Assembleia Municipal por proposta do executivo.-----

-----Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 2, do art.º 10.º do regulamento de atribuição de condecorações municipais ratificar a atribuição da “Medalha Municipal de Honra”, à Comunidade Franciscana do Convento do Varatojo.

12 - PROPOSTA N.º 53/CM/2024 – AUTORIZAÇÃO PARA A DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM 1.070, 00 M² PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO A FIM DE SER DOADA AO GRUPO DESPORTIVO, RECREATIVO E CULTURAL CASALINHENSE;-----

-----Presente ofício número 5304, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26/09/2024 a propor de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade, em sua reunião de 24/09/2024, que a assembleia municipal autorize a desafetação para o domínio privado do município, de uma parcela de terreno com a área de 1.070,00 m² e que confronta a norte e poente com estrada, nascente com João Quinino de Sousa e Sul com Rui Pedro Batista Assis, à qual foi atribuído o valor de € 75.000,00, a fim de ser efetuada doação ao Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural Casalinhense. -----

-----O **presidente da Mesa**, disse que se tratava de regularizar algo que estava acordado desde 1998, dando sequência áquilo que tem sido o trabalho feito pela secção de património, competindo a este órgão autorizar a desafetação de uma parcela de terreno para o domínio público que ficará para o clube em causa. -----

-----A Assembleia Municipal ao abrigo da sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, autorizar a

desafetação para o domínio privado do município, de uma parcela de terreno com a área de 1.070,00 m² e que confronta a norte e poente com estrada, nascente com João Quinino de Sousa e Sul com Rui Pedro Batista Assis, à qual foi atribuído o valor de € 75.000,00, a fim de ser efetuada doação ao Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural Casalinhense.-----

13 - PROPOSTA N.º 54/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO PARA A RENÚNCIA À REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO:-----

-----Presente ofício número 6097, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/11/2024, a dar conhecimento que a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 19/11/2024, deliberou, por unanimidade, propor à assembleia municipal a renúncia do Município de Torres Vedras como associado da rede em título, nos termos do n.º 2, do art.º 11.º dos respetivos estatutos, com os fundamentos constantes da informação n.º 89, da divisão de ambiente e sustentabilidade, datada de 8/11/2024, que faz parte integrante do processo.-----

-----Usou da palavra a **presidente da Câmara**, que explanou que o município, por um lado avaliando a sua participação e a sua valorização pelo facto de fazer parte desta organização e, por outro lado, considerando que faz parte de outras redes que têm a objetivos semelhantes e com as quais trabalha de uma forma muito mais efetiva, considerou que deixa de fazer sentido continuar a trabalhar no âmbito desta rede, à qual aderiu há 7 anos, quando não havia outras redes que desenvolvessem um trabalho de maior consistência, pelo que pretendem renunciar.-----

-----O *deputado municipal António João Bastos* anunciou que lhe apraz registar a Câmara Municipal ter feito esta análise, e ver “não vale a pena, vamos acabar com isto”, porque já há uns anos atrás, chamou a atenção para a “Rede de Teatros”, que custava € 35.000,00, por ano e depois acabou-se também por acabar com a essa quotização.-----

-----Nesta sequência sugeriu que se analisasse com cuidado a listagem das associações e redes de que o município faz parte, fazendo uma avaliação de custo/benefício, pois haverá certamente neste rol, umas que não têm atividade nenhuma, e dinheiro é dinheiro, deixando uma recomendação nesse sentido.-----

-----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a renúncia do Município de Torres Vedras à rede intermunicipal de cooperação para o desenvolvimento, nos termos do n.º 2, do art.º 11.º dos seus estatutos.-----

14 - PROPOSTA N.º 55/CM/2024 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA “TEMPO DE FÉRIAS” DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 6356, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/12/2024, a remeter de conformidade com o deliberado, por maioria, pelo executivo, em sua reunião ordinária

de 10/12/2024, o projeto de regulamento em título. -----

-----Apresentado o assunto a **presidente da Câmara** fez notar que o programa tempo de férias existe há diversos anos no município, com um funcionamento baseado em normas, e com o regulamento em discussão pretendem regulamentar a atividade. -----

-----Deu nota ainda que este programa tem tido sempre ao longo dos anos, muitos alunos, tendo sofrido no último ano uma alteração relativamente às datas, para cobrir um período de tempo maior do que aquilo que era habitual, dada a necessidade de as famílias, muitas vezes, precisarem que os filhos estejam ocupados durante pelo menos parte do mês de agosto. É composto por diversas atividades, e é um programa que tem valores muito pouco significativos, em termos daquilo que são as mensalidades pagas pelos encarregados de educação, porque o objetivo é poder chegar a todos e existe uma fatia grande de alunos que frequentam o tempo de férias sem qualquer pagamento. -----

-----A *deputada municipal* **Marta Geraldês** pediu para intervir porque pensa que poucos dos presentes o podem fazer como utilizadores, como ela foi, do “Tempo de Férias”. -----

-----Assim, enalteceu este programa que tem mais de 20 anos, ao longo dos quais tem sofrido melhorias e se há serviço público que o município presta com custos que não são assim tão elevados, é este, e sabe que fica praticamente esgotado todos os anos em pouco tempo. -----

-----Salientou ainda o facto de o trabalho que o tempo de férias faz com atividades em diversos locais do concelho com a natureza ser de relevar pois ao mesmo tempo, estão a fazer um trabalho cívico e educativo muito importante pelo concelho de Torres Vedras. -----

-----Na sequência desta intervenção também se pronunciou o *autarca da Ponte do Rol*, **Pedro Vaza**, para dar uma palavra de apreço pela evolução que tem tido o tempo de “Tempo de Férias”, nomeadamente no ano transato em que se passou a haver o mês de agosto, porque este mês de não estava contemplada até bem pouco tempo. Estão no bom caminho e parece-lhe que é uma atividade, com poucos custos com uma abrangência muito grande para todos e é que de continuar e de saudar. -----

-----Concluídas as intervenções, o presidente da Mesa colocou à votação o regulamento em análise. -----

-----A Assembleia Municipal em cumprimento da sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, aprovar proposta de regulamento do programa “Tempo de Férias” do Município de Torres Vedras.

15 - PROPOSTA N.º 56/CM/2024 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS COBERTOS: -----

-----Presente ofício número 6354, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/12/2024, a remeter de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião

ordinária de 10/12/2024, o projeto de regulamento em título. -----

-----Também para uma breve apresentação, usou da palavra a **presidente da Câmara** indicando que se trata de dar corpo finalmente a um regulamento, que há algum tempo que andava em falta, que prevê os direitos e os deveres, horários e outras disposições semelhantes para os mercados cobertos, e que depois da discussão pública vem à assembleia a versão final para aprovação. -----

-----O presidente de *junta da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça*, **José Damas Antunes** disse que leu o regulamento na fase de discussão pública, e ficou com algumas dúvidas, mas não as transmitiu, pelo que relendo agora com mais atenção, iria colocar algumas dúvidas e sugestões. -----

-----Relativamente ao art.º 9 “Publicitação da intenção de contratar”, n.º 2 disse que não refere o prazo de entrega da proposta e se deixou de haver hasta pública por alguma razão legal, ou por opção, lembrando que a hasta pública pode ser lucrativa, pois em 2021, para o mercado de Campelos na hasta pública de uma loja, partiram de € 1.000,00 e chegaram aos € 5.000,00, e assim puderam investir no mercado, com a colocação de painéis fotovoltaicos.-----

-----Quanto ao art.º 11.º - “Forma, prazo e atualização da retribuição”, n.º 3 questionou quanto é a taxa, um preço e quais os casos e ainda se o valor é igual em todos os mercados, Torres Vedras, Santa Cruz, Campelos, A-dos-Cunhados e Ramalhal.-----

-----No art.º 14.º - “Direito de entrada” fez notar que ficar genérico, é subjetivo, e deviam estar definidos em que casos se aplica. -----

-----Sobre o art.º 24.º “Cedência ou trespasse” referiu que se for possível legalmente devia ser permitido trespasse, como estava antes, mediante pagamento de um determinado número de mensalidades, até porque não havendo hasta pública os lugares mais apelativos, entregues por propostas podem ser menos valorizados.-----

-----Questionou ainda se é uma imposição legal, os critérios para atribuição dos locais de venda previsto no art.º 31.º. -----

-----No que se refere ao art.º 32.º “Gestão”, disse que este é mais um exemplo de contrato administrativo de transferência de competências parcial, que pretende manter um cordão umbilical. São delegadas as competências, com condição de cumprir o regulamento municipal, quando cada mercado tem as suas características, nos meios populacionais onde se localizam. ---

-----Concluiu lembrando que nos anos 80 fez parte da junta de freguesia, em que o Mercado Coberto estava totalmente sob gestão da freguesia, e passados mais de 40 anos, o mercado de Campelos está sob a gestão da junta, mas com obrigatoriedade de cumprir regras municipais. -----

-----Não havendo mais intervenções, **a presidente a Câmara** pediu a palavra para dizer houve um tempo exatamente para apresentar alterações ao regulamento e sendo por isso que há um período de discussão pública. -----

-----Em complemento o **presidente da Mesa** sugeriu ao autarca que transmita à mesa todas estas preocupações por escrito, que farão chegar à presidente da Câmara para a devida apreciação e submeteu à votação o regulamento em título.-----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 30 votos a favor e 7 abstenções, aprovar a proposta de regulamento dos mercados municipais coberto. -----

16 - PROPOSTA N.º 57/CM/2024 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 6355, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/12/2024o, a remeter de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 10/12/2024, o projeto de regulamento em título.-----

-----Dada a palavra à **presidente da Câmara** esta informou que é também passar a regulamento aquilo que estava previsto em normas do Orçamento Participativo, o que passado 8 anos crê que faz sentido, com base no conhecimento e na experiência do trabalho realizado. Considera que estão vertidos tudo aquilo que são os contributos e as e as necessidades que foram identificadas para que o Orçamento Participativo nas suas três vertentes possa ser realizado.-----

-----O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* interveio no sentido de dar nota que participou na sessão pública do orçamento participativo, mas antes de falar deste assunto, referiu que tem havido evolução e alguns ajustes, que no seu entender têm sido prementes e bons, agora com a introdução da ideia jovem, e enalteceu que estão claramente no bom caminho.-----

-----Quando fez a sua abordagem na sessão pública, não referiu um pormenor que acha que devia ser considerado, que é que uma freguesia como a Ponte do Rol que é mais pequena comparada com A-dos-Cunhados, ou Silveira, tenha o mesmo valor, ou seja tenha um projeto aprovado por freguesia, que poderia ser proporcional, em crescendo.-----

-----Em relação ao projeto supra freguesia, reportou-se à intervenção que fez na última assembleia, porque continua a achar que a supra freguesia tem um principio de proximidade, mas a concelhia não, pelo que não lhe parece que seja o ideal fazer num sistema personalizado ou presencial sendo um exemplo disso o que se passou na última votação da supra freguesia, em que o 2.º valor de 50 mil euros teve 300 votos, ou seja, não houve muita participação. Havia muito mais participação, se houvesse muito mais projetos para votar achando que há um grande número de pessoas que se divorciam à partida do procedimento, e nem sequer votam.-----

-----A Assembleia Municipal ao abrigo da sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 36 votos a favor e 1 voto contra aprovar a proposta de regulamento do orçamento participativo de Torres Vedras. --

-----Anota-se que votou contra Pedro.-----

17 - PROPOSTA N.º 58/CM/2024 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DO CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 6353, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/12/2024, a dar conhecimento que a Câmara Municipal, em sua reunião de 10/12/2024 aprovou, por unanimidade, a proposta de prorrogação do prazo de vigência da ORU do Centro Histórico da Cidade da Torres Vedras, por um período de cinco anos, nos termos com o n.º 1, do art.º 20.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aditado ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, pela Lei n.º 32/2012, de 14/08 e com os fundamentos constantes da informação da Unidade de Habitação e Regeneração urbana de 18/11/2024, remetendo o processo tendo presente a competência deste órgão.-----

-----O **presidente da mesa** disse que a informação que introduz o assunto é suficientemente elucidativa, e passou-se de imediato à votação. -----

-----Tendo presente a sua competência prevista no n.º 2, do art.º 20.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aditado ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, pela Lei n.º 32/2012, de 14/08, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar do prazo de vigência da ORU do Centro Histórico da Cidade da Torres Vedras, por um período de cinco anos, contado a partir de 9/10/2024 até 8/10/2029.-----

18 - PROPOSTA N.º 59/CM/2024 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE BOAVISTA/OLHEIROS NA CIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 6363, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10/12/2024, a dar conhecimento que a Câmara Municipal, em sua reunião de 10/12/2024 aprovou, por unanimidade, a proposta de prorrogação do prazo de vigência da ORU de Boavista/Olheiros da Cidade de Torres Vedras, por um período de cinco anos, nos termos com o n.º 1, do art.º 20.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aditado ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, pela Lei n.º 32/2012, de 14/08. -----

-----Tal como o ponto anterior o **presidente da mesa** disse que a informação que introduz o assunto é suficientemente elucidativa, e passou-se de imediato à votação. -----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo da sua competência da assembleia municipal, prevista no n.º 2, do art.º 20.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aditado ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, pela Lei n.º 32/2012, de 14/08, deliberou por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo de vigência da ORU de Boavista/Olheiros da Cidade de Torres Vedras, por

um período de cinco anos, contado a partir de 10/10/2024 até 9/10/2029.-----

19 - PROPOSTA N.º 60/CM/2024 - RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO SOCIAL REQUERIDO JOSÉ MANUEL DA SILVA TABORDA REFERENTE AO PROCESSO IP/107/2023 – CASAL MIL HOMENS - MELROEIRA - FREGUESIA DO TURCIFAL:-----

-----Presente ofício número 5569, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 11/10/2024, a dar conhecimento que a câmara, na sua reunião ordinária realizada em 08/10/2024, deliberou, por unanimidade, considerar de interesse municipal, um equipamento social, destinado a estrutura residencial para Idosos com capacidade para 120 camas distribuídas por 13 quartos simples, 43 quartos duplos e 7 quartos triplos e 30 alojamentos colaborativos de tipologia T1, para um máximo de 60 utilizadores, a que se refere o processo em título.-----

-----A **presidente da Câmara** informou que o Executivo Municipal considerou declarar o interesse municipal deste pedido, pelo facto de ser um equipamento de natureza social numa localidade fora da cidade e, portanto, com necessidade neste tipo de estruturas e é uma ERPI, ou seja, um espaço para acolhimento de pessoas idosas, com 13 quartos simples, 43 quartos duplos, 7 quartos triplos e 4 pisos e os alojamentos colaborativos terão uma capacidade de 30 alojamentos, tipologias T1 e de um só piso e 60 utilizadores.-----

-----Sobre este processo o **deputado municipal Francisco Corvelo** disse que apesar de ser uma estrutura interessante para apoio aos idosos, do ponto de vista do PCP, não justifica todos os problemas e de dar um interesse municipal a algo que é sobretudo um interesse particular, pelo que não entendem como aceitável, tanto mais que a área onde está projetado é um monte que tem no seu topo um moinho e também por isso é uma área de enquadramento paisagístico protegida, e embora estando de acordo com esta construção, entendem que não é admissível que a mesma seja feita no local proposto, muito menos que seja declarada de interesse municipal, e assim, por tais razões, votam contra.-----

-----Findas as intervenções o presidente da Mesa colocou o assunto à votação:-----

-----Atento o disposto na alínea l) do n.º 2, do artigo 130.º, do regulamento do plano diretor municipal de Torres Vedras a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 36 votos a favor e 1 voto contra ratificar a declaração de interesse municipal – informação prévia para construção de equipamento social requerido José Manuel da Silva Taborda referente ao processo IP/107/2023 – Casal Mil Homens - Melroeira - Freguesia do Turcifal.-----

-----Anota-se que votou contra Francisco Corvelo.-----

20 - PROPOSTA N.º 30/AM/2024 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES:-----

-----O **presidente da Mesa** deu nota que não há informação das comissões, mas na próxima assembleia ordinária de fevereiro, qualquer uma das comissões tem um conjunto de informações

a apresentar. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

21 - PROPOSTA N.º 31/AM/2024 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: ---
INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

-----Presente informação em título datada de 13/12/2024, reportada ao período entre 01/09/2024 e 30/01/2024 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 14.003.938,10 e € 2.097.703,44 de dívidas a fornecedores. -----

-----Depois de devidamente apresentado este ponto, pelo presidente da Mesa, foi dada a palavra ao *deputado municipal António João Bastos* que aludindo à pista de gelo que em tempos a câmara alugava e depois comprou e ainda montou uma vez em Santa Cruz, questionou o que aconteceu com o equipamento. -----

-----Seguiu-se a *deputada municipal Ana Fiéis* para abordar o tema da segurança. -----

-----Nesse propósito disse que lhe têm sido transmitidas preocupações relacionadas com perceções de falta de segurança, principalmente no centro histórico de Torres Vedras e no período noturno, local este que deveria ser um espaço de convivência, tranquilidade e lazer e tem sido motivo de preocupação para residentes e comerciantes. Entre os fatores que alimentam este sentimento de insegurança estão a iluminação insuficiente em várias ruas e a falta de presença policial visível. -----

-----Perante este cenário, considera que é fundamental questionar a Câmara Municipal de Torres Vedras sobre as medidas concretas que pretende adotar para mitigar esta situação, quais os planos para reforçar a iluminação pública nas áreas mais vulneráveis, se está prevista a instalação de sistemas de videovigilância em pontos estratégicos, o que será feito para garantir uma maior presença policial no centro histórico, especialmente durante as noites e neste pressuposto, lembrou que em tempos foi referido pela presidente da Câmara que iriam ser adquiridas viaturas para que a PSP pudesse fazer o patrulhamento das ruas com maior frequência, questionando que se passou com esta situação. -----

-----Para além disto inquiriu se a autarquia planeia promover iniciativas que revitalize a zona noturna, eventos culturais, ou programas que atraiam maior fluxo pessoas, porque tais medidas no entendimento do PSD, poderiam não só aumentar a segurança percecionada, mas também dinamizar economicamente o centro histórico. -----

-----Reforçou que em “segurança no coração de Torres Vedras”, não é apenas uma preocupação de quem lá vive e trabalha, mas uma questão que impacto também a imagem da cidade como um todo e, portanto, urge que a câmara municipal apresente uma resposta clara, prática e eficaz para devolver à população a tranquilidade que todos merecem.-----

-----A deputada municipal **Marta Geraldês**, à semelhança do que tem feito todos anos, e embora não tenha sido implementado o grupo de trabalho sobre a questão do Natal, interveio para falar da iluminação de Natal que fez o seu caminho e numa melhoria contínua-----

-----Também se referiu ao aumento dos vales para apoiar o comércio tradicional proposto pelos vereadores do PSD teve toda a adesão, em que 3 dos 4 dias acabaram por terminar antes da uma da tarde, o que significa que fizeram um investimento que deu ao comércio tradicional, € 100.000,00 em 4 dias e, portanto, isso é muito importante. -----

-----Deixou a nota que o “livrinho das atividades de Natal” é muito funcional, mas podia, em vez de remeter para o Qr Code, ter escrito “consulte o balcão de informações”.-----

-----Como segunda nota, informou que no balcão de informações do mercado municipal não sabiam dar qualquer tipo de informação sobre como fazer as inscrições nos workshops, e deu como sugestão de melhoria que podiam convidar nesta altura todas as associações, escolas de dança, de música, e cameratas do concelho, para aumentar a oferta. -----

-----Por fim salientou que o número de casinhas de Natal com oferta de comida aumentou, mas alertou que no Jardim da Graça, há pouco sítio para se sentar, pelo que, podiam colocar as casinhas no segundo nível e ter uma zona central, à semelhança de outros mercados na Europa, para potenciar também os operadores.-----

-----Nesta altura foi dada a palavra à **presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:

-----Relativamente às questões colocadas pela deputada municipal Ana Fiéis, que considerou pertinentes no que diz respeito à perceção da insegurança, deu nota que na passada semana fizeram a identificação de todos os locais do centro histórico, onde a iluminação é mais deficiente sendo este um dos problemas que podem colmatar mais rapidamente, e nessa sequência está em curso a melhoria de alguns desses locais, embora nalguns não pode ser através das luminárias, mas poderão ser colocados projetores que permitam que zonas muito escuras possam ser melhoradas.-----

-----Acrescentou que também estão a articular com PSP, por forma a que estejam mais atentos, e eles estão efetivamente mais atentos e têm feito mais presença em algumas noites e tem exatamente a noção de quem são as pessoas, os locais, etc., onde os problemas podem realmente surgir.-----

-----Em termos de efetivo, concordou que não é o que todos desejariam, mas de qualquer das maneiras estão sensibilizados para o assunto e pela parte da autarquia, há disponibilidade de com eles trabalhar por forma a que possam estar mais visíveis, ou seja, serem gratificados em algumas noites para que a perceção de segurança seja incrementada. -----

-----Também agradeceu à deputada municipal Marta Geraldês as sugestões que são todas muitíssimo pertinentes. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

21 .1 - PROPOSTA N.º 32/AM/2024 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela câmara municipal, cujos ofícios abaixo indicados fazem parte integrante dos documentos da sessão e se encontram arquivados em pasta anexa ao livro das atas:-----

-----Ofício número 5303 de 26/09/2024 – deliberação de 24/09/2024; ofício número 5517 de 10/10/2024 – deliberação de 8/10/2024, ofício número 5735 de 23/10/2024 – deliberação de 21/10/2024; ofício número 5952 de 7/11/2024 – deliberação de 5/11/2024; ofício número 6080 de 20/11/2024 – deliberação de 19/11/2024 e ofício número 6360 de 10/12/2024 – deliberação de 10/12/2024;-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

21.2 - PROPOSTA N.º 33/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 5516 de 10/10/2024 – deliberação de 8/10/2024:-----

-----Freguesia de Freiria - € 35.000,00 - Apoio financeiro para aquisição de plataformas de palco profissional (palco 8x8 metros) para colocar ao serviço da comunidade (€ 20.000,00) e apoio financeiro para aquisição de viatura ligeira de mercadorias (€ 15.000,00).-----

-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões - € 25.000,00 - última tranche para requalificação do edifício sede da Junta de Freguesia, na Carvoeira, em matéria de acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida/condicionada (1.ª tranche de € 25.000,00 aprovada na reunião de executivo de 09/04/2024, 2.ª tranche de € 50.000,00 aprovada na reunião de executivo de 05/06/2024, valor total de apoio € 100.000,00).-----

-----Freguesia de Turcifal - € 22.900,00 - para aquisição de limpa bermas e cabine para trator adquirido pela Junta de Freguesia.-----

-----Ofício número 5956 de 07/11/2024 – deliberação de 05/11/2024:-----

-----Freguesia de Santa Maria São Pedro e Matacães - para aquisição de mini retroescavadora para serviço da junta de freguesia, que representa um custo total de € 95.400,00 nos seguintes termos:2024: € 5.300,00; 2025: € 31.800,00; 2026: € 31.800,00; 2027: € 26.500,00.-----

-----União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça - para aquisição de tintas para pintura de edifícios geridos pela Junta de Freguesia, no montante de € 4.000,00-----

-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões - para o transporte das atividades do Clube Sénior e Ginástica Sénior na freguesia, no montante de € 10.000,00. -----

-----Apoio financeiro para o Projeto Psicologia nas Escolas, para apoio a crianças e pais que recorrem a este serviço, nas seguintes freguesias: -----

-----Freguesia de Turcifal - € 5.000,00; Freguesia de Silveira - € 5.000,00; União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça - € 5.000,00; União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo - € 5.000,00; Freguesia de Ramalhal - € 5.000,00; Freguesia de Ventosa - € 5.000,00; Freguesia de São Pedro da Cadeira - € 5.000,00; Freguesia de Ponte do Rol - € 5.000,00 - Total: € 40.000,00.--

-----Ofício número 6358 de 10/12/2024 – deliberação de 10/12/2024. -----

-----Junta de Freguesia da Ventosa, no montante de € 115.000,00, para fazer face à subida dos custos com a construção da nova Sede da Junta de Freguesia, no âmbito da requalificação da antiga Escola Primária de Moçafaneira. -----

-----Freguesia de Santa Maria São Pedro e Matacães - € 30.000,00 - para o projeto Gabinete de Apoio Psicossocial, cuja equipa multidisciplinar é constituída por 1 técnico de serviço social e 2 psicólogos; -----

-----Freguesia de Ponte do Rol - € 10.000,00 - para manutenção de caminhos vicinais e recuperação/manutenção de máquinas/viaturas da Junta de Freguesia e € 5.000,00 para fazer face a despesas relacionadas com o serviço de transporte – total € 15.000,00; -----

-----Freguesia de Freiria - € 10.000,00 - para manutenção de caminhos vicinais e recuperação/manutenção de máquinas/viaturas da Junta de Freguesia) e € 5.000,00 para o Projeto Psicologia nas Escolas – total € 15.000,00; -----

-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões - € 10.000,00 - para aquisição de ruína para alargamento da via na localidade de Carrasqueira) e € 15.000,00 para manutenção de caminhos vicinais e recuperação/manutenção de máquinas/viaturas da Junta de Freguesia, - total € 25.000,00; -----

-----Freguesia de São Pedro da Cadeira - € 5.000,00 - apoio financeiro anual para despesas com a iluminação do parque verde de São Pedro da Cadeira. -----

-----Freguesia de Turcifal - € 6.260,00 - para aquisição de equipamento infantil para a localidade de Carvalhal.-----

22 - PROPOSTA N.º 34/AM/2024 - VOTOS, MOCÕES E RECOMENDAÇÕES.-----

RECOMENDAÇÃO - ARISTIDES DE SOUSA MENDES: -----

-----O **presidente da Mesa** disse que no seu entender dentro do tempo atual é uma homenagem mais que devida e necessária para que esta memória seja avivada em todos, por isso agradeceu antecipadamente que a Câmara Municipal, logo que possa, tome a devida opção e informou que após a leitura daria a palavra ao *deputado municipal Pedro Castelo*, representante do CDS-PP

para fazer a apresentação da recomendação, que a seguir se transcreve: -----
----“Em 17 de Junho de 2004, foi apresentada na Assembleia Municipal de Torres Vedras, uma moção sobre Aristides de Sousa Mendes, o Consul Português em Bordéus, que em 1940 emitiu vistos que salvaram milhares de pessoas. -----
----Esta moção à data, enquadrava-se no cinquentenário da morte de Aristides de Sousa Mendes, e num conjunto de homenagens feitas um pouco por todo o mundo, desde o Ministério Português dos Negócios Estrangeiros, até inúmeras Organizações Internacionais. -----
----A moção apresentada na altura segue hoje para cada um de vós, para que possam tomar consciência da vida e do legado deste Homem.-----
----Num mundo atual tão conturbado, Aristides de Sousa Mendes é uma figura maior do humanismo, e do sacrifício individual em nome da Liberdade. -----
----Apesar de aprovada por unanimidade, as recomendações subjacentes à moção nunca foram tomadas em atenção e muito menos aplicadas.-----
----Assim, passados vinte anos da aprovação por unanimidade desta moção, e passados setenta anos da morte de Aristides de Sousa Mendes, vem esta Assembleia Municipal recomendar: -----
----a)Que ao exemplo de outras cidades em Portugal e no mundo, se atribua a uma rua, praça ou praca o nome de Aristides de Sousa Mendes, Português singular e figura ímpar de humanidade.
----b)Que esta recomendação siga para conhecimento da Fundação Aristides de Sousa Mendes, que dará decerto conhecimento à família. -----
----Torres Vedras, 18 de dezembro de 2024.”-----
----O **proponente** da recomendação, fez notar que trouxe uma moção que apresentou, faz precisamente 20 anos e 20 anos é muito tempo. Em 2004, comemorava-se o cinquentenário da morte de Aristides Sousa Mendes e comemorou-se um pouco por todo o mundo a vida deste português ímpar e singular e como o presidente disse e muito bem, relembrar a Aristides Sousa Mendes é sempre atual pelos valores do humanismo, por tudo aquilo que ele nos traduz num mundo que cada vez parece mais difícil. -----
----Disse ainda que era altura certa também para lembrar António Carneiro que esteve com ele a apresentar a moção e que na altura lhe deu muito apoio, mas que infelizmente já não está entre eles e que se atreve a dizer que foi a maior perda deste mandato. -----
----Por último salientou que em causa está apenas uma recomendação de uma moção que a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade há 20 anos atrás, esperando que tenha votação favorável para que se possa atribuir o nome de uma praça de uma rua, daquilo que a câmara municipal entender, quando necessário, quanto possível.-----
----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a recomendação em título. -----
RECOMENDAÇÃO – MÁRIO SOARES: -----

-----O **presidente da Mesa** anunciou que se tratava também de homenagear dando nome a uma qualquer via cidade, de alguém que representa e que também tem um significado especial para a vida de todos, do ponto de vista de vida democrática e de representação de um conjunto de valores que têm todos que assumir como bons, porque é bom haver escolhas.-----

-----Disse que após a leitura do documento daria a palavra ao *deputado municipal Sérgio Simões*, para uma breve apresentação da recomendação, que a seguir se transcreve:-----

-----“Mário Soares teria feito 100 anos no passado dia 7, sendo que no próximo dia 7 de janeiro fará 8 anos que nos deixou.-----

-----Se há portugueses que marcaram estes 50 anos da democracia portuguesa, sem dúvida que Mário Soares é um deles. Lutador antifascista, membro de sucessivos governos provisórios, primeiro-ministro, presidente da república, eurodeputado, foi toda uma vida de luta pela liberdade e pela democracia. Sob a sua proposta e assinatura, conquistámos o SNS e a adesão à então Comunidade Económica Europeia, entre outra importante legislação.-----

-----Em todas as circunstâncias, Mário Soares, apesar das suas convicções, foi um cavalheiro da política. Para ele, não havia inimigos na política, apenas adversários, salvaguardando o respeito e a amizade. Este princípio é um dos seus legados que, infelizmente, está a desaparecer.-----

-----Era, como lhe chamavam, um animal político e essa sua perceção fez com que, invariavelmente, tivesse estado sempre do lado certo das lutas em que tomou parte. Como alguém disse “Mário Soares viveu a História, não como espectador, mas como protagonista e lutador incansável”.-----

-----Mário Soares tinha ideias muito firmes sobre as grandes datas da democracia portuguesa e nenhuma delas foi o 25 de Novembro. E citamo-lo: “Houve cinco grandes datas marcantes na nossa revolução – o próprio dia 25 de abril; o dia 1 de maio de 74, com a ratificação popular da revolução; as eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de abril de 75, que legitimaram nas urnas o processo político iniciado um ano antes; o dia 2 de abril de 76, com a aprovação da Constituição. E a quinta data marcante foram as primeiras eleições legislativas, em 25 de abril de 1976”.-----

-----Por todas estas razões, os deputados municipais do Partido Socialista entendem ser da mais elementar justiça homenagear Mário Soares com a atribuição do seu nome a um arruamento, praça ou praca de localização nobre, à semelhança do que já foi feito a outras figuras nacionais, recomendando à Câmara Municipal que aja em conformidade.-----

-----Torres Vedras, 18 de dezembro de 2024.”-----

-----No uso da palavra o *deputado municipal Sérgio Simões* fez notar que a recomendação que é apresentada está expurgada de qualquer cariz partidário, porque entendem que a figura de Mário Soares, como outras figuras nacionais ultrapassa, os limites partidários, mas não os poderão

criticar pelo facto de fazerem uma pequena intervenção sob a ótica do Partido Socialista, portanto dos socialistas em geral. -----

----Nesse propósito, e como a posição do PS sobre este assunto está expressa genericamente na recomendação em apreço, acrescentaria apenas mais algumas palavras, desde logo que considerava importante manifestar a “culpa” como socialistas de passados 8 anos sobre a sua morte não terem ainda feito esta a recomendação, mas antes tarde que nunca e o centenário do seu nascimento é uma boa ocasião. -----

----Referiu que quaisquer que fossem os adjetivos com quisessem qualificar Mário Soares, seria apenas plagiar o que tem sido dito sobre ele mal e bem, pelo que se dispensa de o fazer. -----

----Deu nota que foi um dos que tiveram oportunidade de usufruir a sua influência direta, quer como primeiro-ministro, quer como secretário-geral do PS, quer com colega de bancada da Assembleia da República. -----

----Guarda dele a recordação de um homem, por vezes teimoso, mas sempre inflexível nas suas convicções, em defesa da liberdade e da democracia, inúmeras vezes demonstrada, não só numa vida de combate à ditadura, mas também e sobretudo mais visível no pós 25 de Abril de 1974, em que esteve sempre na primeira linha de oposição aos “ismos” da altura, nomeadamente no Verão quente de 75 levando-a dos gabinetes para a rua, desde a tentativa de invasão do Patriarcado de Lisboa, passando pelo combate à unicidade sindical e pelo grande comício da alameda em julho de 75, culminando no 25 de novembro, onde foi inquestionavelmente e do nosso ponto de vista, o grande vencedor, pois, tal como combateu os desejos hegemónicos do PCP, também foi o primeiro a impedir a marginalização dos comunistas por aqueles que sempre se esconderam atrás de Mário Soares e do PS como a história um dia dirá e que hoje descaradamente pretendem apoderar-se daquela data. Socialista, republicano e laico prestigiou o país e foi respeitado em todo o mundo civilizado e democrático. -----

----Por fim disse que os socialistas se orgulham do seu legado político e reiteram a sua firme disponibilidade para lhe seguirem o exemplo nos combates políticos que hoje se apresentam em defesa da liberdade e dos valores da democracia. -----

----O *deputado municipal Humberto Gomes* interveio para anunciar o voto a favor do UTV às duas propostas de toponímia enunciadas. -----

----Por sua vez o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* indicou que o PSD não tem nada a opor ao que o colega Sérgio Simões referiu, enfatizou a importância que Mário Soares teve para a manutenção da democracia relevando os eventos daquele verão de 75 em que, efetivamente não houve uma tomada de poder por forças de sinal oposto ao governo que tinha sido deposto no 25 de Abril de 1974.-----

----Também usou da palavra o *deputado municipal Pedro Castelo*, para dizer que se revê em

tudo o que foi dito pelo colega Sérgio Simões, acrescentando apenas que de Mário Soares há algo que deveria ficar sempre presente nos espíritos de todos, primeiro que na política, muitas vezes, a maior parte das vezes, deveriam sempre pensar naqueles que não pensam da mesma maneira como adversários e nunca como inimigos, e, segundo, uma máxima que se tornou para ele muito importante que “só é realmente vencido quem desiste de lutar”.-----

-----Aproveitando esta temática, o *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* questionou qual o ponto de situação relativamente à competência da toponímia, porque segundo sabe houve uma delegação de competências para as juntas de freguesia, mas não sabe se abrange todas as freguesias, e se a cidade, por exemplo, ficou excluída.-----

-----Gostaria de saber porque podem estar a aprovar uma coisa que depois a Câmara Municipal poderá não poder concretizar. -----

-----O **presidente da Mesa** antes de colocar a proposta à votação informou que este alerta seria tido em conta e seria dada informação em conformidade.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação em título. -----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ÓSCAR PRUDÊNCIO:-----

-----O presidente da Assembleia propôs que ficasse lavrado em ata um voto de pesar pelo falecimento do pai do deputado municipal Rui Prudêncio, Óscar Prudêncio. -----

-----Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade aprovar o voto pesar e endereçar ao deputado e a toda a família as mais sentidas condolências, nesta ocasião de profundo pesar. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 22h 10m o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
